

Demonstrações Financeiras

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

31 de dezembro de 2017
com Relatório do Auditor Independente

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	7
Demonstrações dos resultados.....	9
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Demonstrações do valor adicionado.....	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Aeroportos Brasil Viracopos S.A.
Campinas - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Aeroportos Brasil Viracopos S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito na seção intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Aeroportos Brasil Viracopos S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Base para opinião com ressalva

Conforme detalhado na nota explicativa nº 13, a Companhia mantém empréstimos e financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e outras instituições financeiras repassadoras no valor total de R\$2.487.149 mil em 31 de dezembro de 2017 (R\$2.505.793 mil em 31 de dezembro de 2016). Naquela data a Companhia deixou de cumprir com obrigações relativas às cláusulas restritivas existentes nesses contratos de financiamento, que determinam o vencimento antecipado da dívida em caso de não cumprimento. A Companhia não reclassificou o montante de R\$2.242.108 mil (R\$2.286.738 mil em 31 de dezembro de 2016) registrado no passivo não circulante para o passivo circulante em 31 de dezembro de 2017. Consequentemente, o passivo circulante individual e consolidado em 31 de dezembro de 2017 estão demonstrados a menor por R\$2.242.108 mil (R\$ 2.286.738 mil em 31 de dezembro de 2016).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Aeroportos Brasil Viracopos S.A. incorreu em prejuízo, individual e consolidado, de R\$1.407.405 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e que, naquela data, apresenta capital circulante líquido negativo em R\$624.116 mil e de R\$621.707 mil, individual e consolidado, respectivamente. Conforme descrito na referida nota explicativa, a Companhia encontra-se em fase de reorganização financeira e operacional, de forma a equalizar a insuficiência de capital circulante líquido, que decorre, principalmente, do elevado endividamento, em especial relativo à outorga a pagar pela concessão e a financiamentos obtidos com terceiros. Adicionalmente, a Companhia requereu ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos e ao Poder Concedente, o enquadramento no Programa de Parceria e Investimentos (PPI) para a relicitação do contrato de Concessão de acordo com a Lei 13.448 de 05 de junho de 2017, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Essas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de realização de seus ativos e de liquidação de seus passivos, caso o plano de reorganização financeira e operacional, que envolve, juntamente com a redução de investimentos e gastos operacionais, a concretização de premissas de crescimento da economia e principalmente a renegociação de suas obrigações junto ao Poder Concedente e a credores, não seja concluído conforme esperado pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações da Companhia e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando.

Ênfase - Processo administrativo - Caducidade da Concessão

Conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e nº 30, a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, através de ofício datado de 9 de fevereiro de 2018, notificou a Companhia sobre a instauração de procedimento administrativo para verificação de inadimplência que poderá ensejar na caducidade da concessão, previsto pela Lei nº 8.987/95 e pelo Contrato de Concessão de Aeroportos nº 003/ANAC/2012-SBKP. A Companhia se encontra em fase de defesa e apresentação de documentos comprobatórios e, neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros para a Companhia decorrentes deste processo administrativo. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, a Companhia não reclassificou o montante de R\$2.242.108 mil (R\$2.286.738 mil em 31 de dezembro de 2016) registrado no passivo não circulante para o passivo circulante em 31 de dezembro de 2017. Consequentemente, o passivo circulante individual e consolidado em 31 de dezembro de 2017 estão demonstrados a menor por R\$2.242.108 mil (R\$2.286.738 mil em 31 de dezembro de 2016). Essa ressalva afeta significativamente a apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Concluímos que as outras informações que compreendem o Relatório da Administração apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na seção “Base para opinião com ressalva”.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva” e “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperabilidade de ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui ativos intangíveis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas nos montantes de R\$ 5.661.337 mil e R\$5.661.356 mil, respectivamente, líquidos da provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*). Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia realizou os testes de recuperabilidade e reconheceu a provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*) no montante de R\$946.840 mil.

A Companhia fundamenta a recuperabilidade dos ativos intangíveis através de projeções de resultados pelo prazo de vigência do contrato de concessão, descontados a valor presente. Estas projeções são elaboradas com base na revisão do plano de negócios e fundamentadas com base em premissas de geração de resultados futuros. Tais projeções incluem incertezas e julgamento profissional que podem não se concretizar no futuro, podendo alterar o plano de realização.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa e ao julgamento necessário exercido pela Administração na determinação das premissas e na projeção dos resultados futuros.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o envolvimento de especialistas para nos auxiliar na avaliação dos planos de negócios da Companhia e metodologia de teste de recuperabilidade utilizada pela Administração de acordo com os requerimentos do CPC01 (R1); (ii) a avaliação das premissas e metodologia usadas pela Administração relacionadas às estimativas de resultados futuros, bem como as taxas de descontos aplicadas; (iii) a avaliação das premissas considerados no plano de negócios da Companhia com fontes externas de mercado; e (iv) avaliação se o plano de negócios considerado pela Companhia para elaboração das projeções foi devidamente aprovado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluídas nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o recuperabilidade dos ativos intangíveis, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos ativos intangíveis da Companhia, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do

valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público

Campinas, 23 de abril de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Luís Alexandre Marini
Contador CRC-1SP182975/O-5

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	81.608	10.136	81.608	9.952
Depósitos vinculados	5	222.008	219.190	215.335	212.181
Clientes	6	66.855	50.182	66.745	47.649
Estoques		4.440	4.813	4.415	4.787
Partes relacionadas	7	6.589	6.190	8.371	8.788
Impostos a recuperar	8	68.303	61.326	68.145	61.152
Despesas antecipadas	9	7.816	7.517	7.816	7.517
Adiantamento a fornecedores		2.771	1.343	2.771	1.343
Outros ativos circulantes		1.164	9.129	1.144	9.104
Total do ativo circulante		461.554	369.826	456.350	362.473
Não circulante					
Aplicações financeiras		2.255	-	2.255	-
Depósitos e cauções		6.272	1.158	6.272	1.158
Impostos a recuperar	8	79.198	136.110	79.198	136.110
Despesas antecipadas		-	363	-	363
Investimentos	10	-	-	218	911
Imobilizado	11	3.526	4.202	3.481	4.150
Intangível	12	5.661.356	6.708.050	5.661.337	6.708.023
Total do ativo não circulante		5.752.607	6.849.883	5.752.761	6.850.715
Total do ativo		6.214.161	7.219.709	6.209.111	7.213.188

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	245.041	219.055	245.041	219.055
Salários e encargos	14	16.895	22.039	16.884	21.554
Fornecedores	15	106.302	114.127	105.746	113.439
Imposto de renda e contribuição social a recolher	16	-	190	-	-
Impostos a recolher	18	34.696	47.529	34.053	45.267
Outorga a pagar	19	408.123	337.867	406.535	336.395
Partes relacionadas	7	6.582	6.628	6.585	6.630
Taxas aeroportuárias	21	134.801	90.016	134.801	90.016
Outros passivos	19	130.821	9.847	130.821	9.822
Total do passivo circulante		1.083.261	847.298	1.080.466	842.178
Empréstimos e financiamentos	13	2.242.108	2.286.738	2.242.108	2.286.738
Outorga a pagar	19	2.507.511	2.500.690	2.507.511	2.500.690
Impostos a recolher	18	71.604	30.230	69.450	28.698
Impostos diferidos	17	38.340	16.833	38.278	16.978
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	22	11.857	6.075	11.818	6.061
Outros passivos		106.465	85.260	106.465	85.260
Total do passivo não circulante		4.977.885	4.925.826	4.975.630	4.924.425
Patrimônio líquido	23				
Capital social		1.527.700	1.414.265	1.527.700	1.414.265
Adiantamento p/ futuro aumento de capital		400	-	400	-
Reservas de lucros		-	32.320	-	32.320
Prejuízos acumulados		(1.375.085)	-	(1.375.085)	-
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		153.015	1.446.585	153.015	1.446.585
Total do passivo e patrimônio líquido		6.214.161	7.219.709	6.209.111	7.213.188

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	24	586.233	672.046	586.230	662.914
Custo dos serviços prestados	25	(452.823)	(547.135)	(452.149)	(540.020)
Lucro bruto		133.410	124.911	134.081	122.894
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	26	(80.858)	(69.802)	(80.921)	(69.736)
Resultado de equivalência patrimonial	10	-	-	(693)	582
Outras receitas e despesas operacionais	12	(946.860)	-	(946.860)	-
Prejuízo (lucro) antes das receitas e despesas financeiras		(894.308)	55.109	(894.393)	53.740
Receitas financeiras	27	29.214	17.636	28.216	17.390
Despesas financeiras	27	(542.279)	(321.671)	(541.228)	(320.478)
		(513.065)	(304.035)	(513.012)	(303.088)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.407.373)	(248.926)	(1.407.405)	(249.348)
Imposto de renda e contribuição social – correntes	16	(32)	(232)	-	-
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	17	-	84.652	-	84.842
		(32)	84.420	-	84.842
Prejuízo do exercício		(1.407.405)	(164.506)	(1.407.405)	(164.506)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo do exercício	(1.407.405)	(164.506)	(1.407.405)	(164.506)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(1.407.405)	(164.506)	(1.407.405)	(164.506)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Capital social			Adiantamentos para futuro aumento de capital	Reservas de lucro		Resultados acumulados	Total do patrimônio líquido
	Subscrito	A Integralizar	Integralizado		Legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.466.500	(100.000)	1.366.500	-	9.841	186.985	-	1.563.326
Transações de capital com os sócios								
Subscrição de capital	120.000	(120.000)	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	-	47.765	47.765	-	-	-	-	47.765
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(164.506)	(164.506)
Destinação do prejuízo	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção do prejuízo pelas reservas de lucro	-	-	-	-	-	(164.506)	164.506	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.586.500	(172.235)	1.414.265	-	9.841	22.479	-	1.446.585
Transações de capital com os sócios								
Integralização de capital	-	113.435	113.435	-	-	-	-	113.435
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	400	-	-	-	400
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(1.407.405)	(1.407.405)
Destinação do prejuízo								
Absorção do prejuízo pelas reservas de lucro	-	-	-	-	(9.841)	(22.479)	32.320	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.586.500	(58.800)	1.527.700	400	-	-	(1.375.085)	153.015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(1.407.405)	(164.506)	(1.407.405)	(164.506)
Ajuste para reconciliar o lucro ao caixa utilizado nas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	113.726	97.368	113.711	97.355
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	-	(84.652)	-	(84.842)
Atualização monetária da outorga a pagar (IPCA-IBGE)	88.436	51.106	88.436	51.106
Recomposição do ajuste a valor presente da outorga a pagar	116.931	34.613	116.931	34.613
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	693	(582)
Margem de construção - OCPC 05	-	(3.751)	-	(3.751)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(35)	1.740	53	1.636
Provisão para contingências	5.782	2.561	5.757	2.598
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	946.840	-	946.840	-
Juros provisionados	273.889	199.282	273.889	199.282
Outros ativos baixados	5	85	5	85
	138.169	133.846	138.910	132.994
Variações nos ativos operacionais				
Depósitos vinculados	(2.818)	(81.563)	(3.154)	(74.554)
Clientes	(16.638)	(10.603)	(19.149)	(9.692)
Estoques	373	(295)	372	(279)
Partes relacionadas	(399)	(5.920)	417	(7.952)
Impostos a recuperar	49.935	20.772	49.919	20.763
Despesas antecipadas	64	(4.404)	64	(4.404)
Depósitos e cauções	(5.114)	(607)	(5.114)	(607)
Adiantamentos de fornecedores	(1.428)	(428)	(1.428)	(428)
Outros ativos	7.965	(503)	7.960	(498)
Varição nos passivos operacionais				
Fornecedores	(7.825)	47.624	(7.693)	47.122
Salários e encargos sociais	(5.144)	8.245	(4.670)	8.016
Impostos a recolher	28.351	49.123	29.538	46.499
Partes relacionadas	(46)	5.601	(45)	5.601
Taxas aeroportuárias	44.785	67.382	44.785	67.382
Outorga a pagar	(128.290)	(86.442)	(128.406)	(86.880)
Outros passivos	163.686	92.011	163.504	91.988
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(239.831)	-	(239.831)	-
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	25.795	233.839	25.979	235.071
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	(2.255)	-	(2.255)	-
Aquisição de bens do imobilizado	(418)	(205)	(418)	(193)
Aquisição de intangível	(12.783)	(271.633)	(12.783)	(271.633)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(15.456)	(271.838)	(15.456)	(271.826)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital	113.435	47.765	113.435	47.765
Adiantamento para futuro aumento de capital	400	-	400	-
Empréstimos e financiamentos captados	-	2.488	-	2.488
Empréstimos e financiamentos amortizados	(52.702)	(43.787)	(52.702)	(43.787)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	61.133	6.466	61.133	6.466
Geração (redução) de caixa e equivalentes de caixa	71.472	(31.533)	71.656	(30.289)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	10.136	41.669	9.952	40.241
No fim do exercício	81.608	10.136	81.608	9.952
	71.472	(31.533)	71.656	(30.289)
Pagamentos efetuados durante o exercício por:				
Juros e variações cambiais capitalizados		149.136		149.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita gerada:	679.671	742.853	679.473	731.268
Receita de serviços prestados	670.736	514.420	670.626	502.731
Receita de construção - OCPC 05	8.900	230.173	8.900	230.173
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	35	(1.740)	(53)	(1.636)
Insumos adquiridos de terceiros:	(1.261.611)	(400.821)	(1.261.304)	(396.547)
Custos dos serviços prestados	(256.272)	(144.083)	(256.153)	(140.545)
Custos de construção - OCPC 05	(8.900)	(226.422)	(8.900)	(226.422)
Materiais, energia, serviços de terceiros	(20.157)	(18.175)	(20.101)	(17.463)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(946.840)	-	(946.840)	-
Outros	(29.442)	(12.141)	(29.310)	(12.117)
Valor adicionado bruto	(581.940)	342.032	(581.831)	334.721
Depreciação e amortização	(113.726)	(97.368)	(113.711)	(97.355)
Valor adicionado líquido	(695.666)	244.664	(695.542)	237.366
Valor adicionado recebido em transferência	29.214	17.636	27.523	17.972
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(693)	582
Receitas financeiras	29.214	17.636	28.216	17.390
Valor adicional total a distribuir	(666.452)	262.300	(668.019)	255.338
Distribuição do valor adicionado	(666.452)	262.300	(668.019)	255.338
Pessoal	95.361	102.071	94.931	99.852
Remuneração direta	64.622	69.152	64.338	67.402
Benefícios	26.148	28.762	26.108	28.420
FGTS	4.591	4.157	4.485	4.030
Impostos, taxas e contribuições	103.328	3.048	103.242	(502)
Federais	74.152	(19.767)	74.081	(21.659)
Estaduais	89	11	89	11
Municipais	29.087	22.804	29.072	21.146
Remuneração de capital de terceiros	542.264	321.687	541.213	320.494
Despesas financeiras	542.279	321.671	541.228	320.478
Aluguéis	(15)	16	(15)	16
Remuneração de capitais próprios	(1.407.405)	(164.506)	(1.407.405)	(164.506)
Prejuízo do exercício	(1.407.405)	(164.506)	(1.407.405)	(164.506)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Companhia foi constituída em 25 de julho de 2011 sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com a razão social de “Santa Clara Participações e Investimentos S.A.”, tendo por objeto a participação, como sócio ou cotista em sociedades empresariais ou civis e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e no capital de outras sociedades.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de maio de 2012, a razão social da Companhia foi alterada para Aeroportos Brasil Viracopos S.A. (“Viracopos” ou “Companhia”), e na Assembleia Geral Extraordinária de 24 de maio de 2012, foi alterado objeto social para uma sociedade de propósito específico (SPE) tendo como objeto exclusivo, nos termos do Edital de Concorrência Pública Internacional de número 002/2011 (“Leilão”), e do Contrato de Concessão celebrado entre a Companhia e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), as seguintes atividades:

- (i) A prestação de serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Viracopos, localizado no Município de Campinas, Estado de São Paulo;
- (ii) A constituição de subsidiárias integrais para a execução de atividades econômicas que gerem receitas não tarifárias compreendidas no seu objeto, que de acordo com o contrato de concessão sejam descentralizadas;
- (iii) A importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto;
- (iv) O exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

Em 14 de junho de 2012, a Companhia assinou com a ANAC o contrato de concessão para a operação, manutenção e a expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos em Campinas durante 30 anos.

A sede social da empresa está localizada na Rodovia Santos Dumont Km 66, S/N, Prédio Administrativo no bairro Parque Viracopos na cidade de Campinas no estado de SP.

A Companhia tem os seguintes acionistas: (i) Aeroportos Brasil S.A. (acionista privado), que detém 51% de participação; e (ii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO (“INFRAERO”), que detém 49% de participação. Essa participação acionária foi determinada através do acordo de acionistas celebrado em 24 de maio de 2012.

O acionista privado formado pelas empresas vencedoras do certame licitatório do Leilão possui a seguinte composição acionária: Triunfo Participações e Investimentos S.A. (48%); UTC Participações S.A. (48%); e Egis Airport Operation (4%).

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a Companhia deverá pagar à União Federal ao Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da Concessão, uma contribuição fixa anual no montante R\$127.367 (reajustado anualmente pelo IPCA-IBGE), totalizando o montante de R\$3.821.000. Além da contribuição fixa, a contraprestação pela concessão compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita operacional bruta anual da Companhia e de suas eventuais subsidiárias integrais. Caso exceda a um determinado nível fixado no contrato, esse percentual será de 7,5% sobre o excedente.

Nos termos do contrato de concessão, a Companhia assumiu todas as responsabilidades e encargos relacionados à elaboração dos projetos e execução das obras e serviços necessários à conclusão da infraestrutura para a exploração do aeroporto, exceto pelas obras do poder público identificadas no anexo 3 do Contrato de Concessão.

A concessão para exploração será extinta nos casos de: (a) término da vigência do contrato; (b) retomada da concessão pelo poder público durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização; (c) caducidade da concessão; (d) rescisão do contrato; (e) anulação do contrato; ou (f) falência ou extinção da Companhia.

Os investimentos no Aeroporto Internacional de Viracopos iniciaram em agosto de 2012, com o objetivo de entregar o novo terminal com capacidade para 25 milhões de passageiros (Terminal 1), pontes de embarque para 28 aeronaves, e edifício garagem (EDG) com capacidade para 4.000 veículos e obras viárias de acesso. Em 14 de novembro de 2012, iniciou-se o estágio III do contrato de concessão quando a Companhia passou a operar o aeroporto com acompanhamento da INFRAERO, ficando sob sua responsabilidade as receitas, despesas e riscos das atividades do aeroporto. Em 14 de fevereiro de 2013, a Companhia passou a operar o aeroporto assumindo toda responsabilidade pelas operações aeroportuárias.

Em 23 de abril de 2016, o Novo Terminal de Passageiros - NTPS passou a operar todos os voos das companhias aéreas do Aeroporto de Viracopos.

Em 31 de dezembro de 2017, a concessionária apresentou prejuízo no montante de R\$1.407.405 (R\$164.506 em 31 de dezembro de 2016), um capital circulante líquido negativo de R\$624.116 (R\$479.705 em 31 de dezembro de 2016) e o patrimônio líquido positivo em R\$153.015 (R\$1.446.585 em 31 de dezembro de 2016) com R\$58.800 de capital subscrito a integralizar pelos acionistas.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

A continuidade operacional da Companhia está alicerçada nos seguintes pilares principais:

- (i) retomada do crescimento da economia brasileira, que deve reabastecer a demanda aérea: 20% de incremento de volumes importados e exportados.
- (ii) menor necessidade de recursos para a execução de obras (CAPEX): Com a finalização de aproximadamente 97% das obras de ampliação previstas pelo Contrato de Concessão, a Administração da Companhia não possui expectativa de investimentos significativos em seu CAPEX. Tal fato tende a reduzir o nível de endividamento da Aeroportos Brasil Viracopos e contribuirá para a continuidade das operações.
- (iii) manutenção dos esforços de redução de despesas operacionais (OPEX): A Administração da Companhia adotou medidas para redução dos custos e despesas operacionais, através da redução do quadro de funcionários, sendo que o saldo de salários e encargos a pagar apresentou redução de 23,34% em função dos esforços realizados. Adicionalmente, houveram renegociações de contratos junto aos fornecedores, que registraram redução 6,86% nos exercícios comparativos de 2016 versus 2017, montando R\$7.825. Novas negociações estão em andamento e preveem prazos contratuais mais alongados, favorecendo o fluxo de caixa operacional da Companhia, com redução de OPEX de 6,4%.
- (iv) Aporte de capital dos acionistas: A acionista minoritária da Companhia efetuou um aporte de capital no montante de R\$58.800, em 2 de janeiro de 2018. A Administração prevê um aporte adicional de recursos no início do segundo trimestre, no montante de R\$142 milhões, que serão utilizados para pagamento das parcelas de contribuição fixa e variável da outorga de 2017 (nota explicativa 30).
- (v) Liberação dos recursos da conta reserva de outorga: A Companhia está em negociação com o BNDES, para liberação dos recursos retidos em conta de reserva de outorga, no valor de R\$68,6 milhões, que complementarará o pagamento das parcelas de contribuição fixa e variável da outorga de 2017 (nota explicativa 30).
- (vi) Ressarcimento de seguradoras: Em 2 de janeiro de 2018, a Aeroportos Brasil Viracopos efetuou o pagamento de R\$120,2 milhões para as seguradoras Swiss Re Corporate Solutions Brasil S.A. e Austral Seguradoras S.A., referente à última parcela do acordo para ressarcimento do valor pago à ANAC, referente à Outorga Fixa de 2016, desta forma quitou a dívida integralmente. Este fato, aliado ao pagamento das parcelas referente à outorga de 2017, gera razoável segurança de renovação do seguro garantia, segundo o entendimento da Administração da Companhia e contribuem para a continuidade de suas atividades.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Adicionalmente, a Companhia protocolou três pedidos de recomposição do equilíbrio econômico e financeiro junto à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, referentes a: (i) locação de espaço à Receita Federal do Brasil para alocação de carga em perdimento; (ii) desapropriações de áreas previstas no Contrato de Concessão; e (iii) queda na demanda devido à crise econômica. O valor total pleiteado através dos pedidos montam aproximadamente R\$14.421 milhões, que reforçarão a capacidade de continuidade operacional do Aeroporto.

Processo de caducidade:

A Administração da Companhia vem adotando as medidas expressas nesta nota, para arquivar o processo de caducidade emitido pela ANAC através do ofício datado de 9 de fevereiro de 2018. Adicionalmente aos procedimentos citados, a Administração impetrou um mandado de segurança com pedido de liminar contra o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), requerendo a suspensão do processo de caducidade e exigibilidade das outorgas vencidas em 2017, até que ocorra manifestação da ANAC/PPI/MTPA (Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil) quanto ao enquadramento do projeto para fins de relicitação.

A Administração da Companhia pretende honrar o pagamento dos valores referentes as parcelas de Contribuição Fixa e Variável do ano de 2017, dentro do primeiro semestre de 2018. Para tanto obterá a subscrição e integralização de capital se seus acionistas no montante de R\$142 milhões, bem como prevê a liberação dos recursos retidos em conta de reserva da outorga junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento, no valor remanescente de R\$68,6 milhões.

Com a concretização do pagamento das parcelas vencidas da Outorga de 2017, a Administração da Companhia entende haver interesse na recomposição e renovação da apólice do seguro garantia por parte das seguradoras responsáveis, e desta maneira iniciou os procedimentos de renegociação com a seguradora atual.

Eventos revelantes ocorridos em 2017:

i) Valores pendentes referente à Outorga 2016:

A Companhia não havia honrado o pagamento dos valores referente à parcela da Contribuição Fixa do Contrato de Concessão de 2016, e desta maneira, houve a abertura do sinistro de inadimplemento junto à apólice de seguro garantia contratado com as seguradoras Swiss Re Corporate Solutions do Brasil S.A. (“Swiss Re”) e Austral Seguradora S.A. (“Austral”), que efetuaram o pagamento no montante de R\$149,8 milhões à ANAC, em 30 de agosto de 2017.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

i) Valores pendentes referente à Outorga 2016--Continuação

Em 14 de setembro de 2017, as seguradoras ajuizam ação monitória em face da Companhia, da Aeroportos Brasil S.A., da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. e da UTC Participações S.A., visando a cobrança do pagamento realizado à ANAC. Os pagamentos foram realizados em duas parcelas, sendo R\$36,1 milhões pagos em 10 de novembro de 2017 e R\$120,2 milhões em 2 de janeiro de 2018, registrado na rubrica de outros passivos circulantes, liquidando a obrigação de ressarcimento com as seguradoras (vide nota explicativa nº30).

ii) Valores pendentes referente à Outorga 2017:

Em 24 de julho de 2017 a Administração da Companhia foi notificada pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, pelo não pagamento da 5ª parcela de Contribuição Fixa do Contrato de Concessão, vencida em 11 de julho de 2017, no montante de R\$169,2 milhões. Adicionalmente, não foi constatado o pagamento referente à parcela de Contribuição Variável do mesmo contrato, vencida em 15 de maio de 2017, no montante de R\$25,6 milhões. Ambos os valores estão sujeitos à multas e juros moratórios.

A Administração da Companhia pretende honrar o saldo em aberto referente à parcela de Contribuição Fixa e Variável do Contrato de Concessão, através de integralização de capital de seus sócios atuais e da disponibilização dos recursos depositados na conta reserva de outorga, junto ao Banco de Nacional do Desenvolvimento (BNDES).

iii) Procedimento de relicitação – Lei 13.448/17:

Com a publicação da Lei 13.448/17, que prevê a possibilidade de prorrogação ou relicitação dos contratos de concessão de rodovias, ferrovias e de aeroportos federais que tenham sido definidos pelo Programa de Parcerias e Investimentos – PPI, os acionistas da Companhia autorizaram, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de julho de 2017, a adotar medidas para, por meio de acordo entre as partes, solicitar a instauração de processo de relicitação do Contrato de Concessão. O interesse advém do cenário de dificuldade financeira enfrentado pela Companhia, derivada da alteração no contexto macroeconômico do país, da expectativa de demanda estimada pelo Poder Concedente para os serviços concessionados e da redução de tarifas sem a respectiva compensação econômica.

O início do processo ocorreu em 29 de julho de 2017, quando a Companhia solicitou ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) a habilitação da concessão do aeroporto de Viracopos para relicitação. Até o fim do processo amigável de relicitação, que tem como prazo até vinte e quatro meses a partir da data de qualificação, com possibilidade de prorrogação mediante deliberação do CPPI, de acordo com a Lei 13.448/17, a Concessionária continuará operando o Aeroporto de Viracopos até a conclusão do processo.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

iv) Vencimento antecipado das Debêntures:

Em 26 de julho de 2017, a Companhia foi notificada pela Pentágono S.A.; Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário, sobre o vencimento antecipado automático da Primeira Emissão de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real em Quatro Séries.

O vencimento ocorreu devido aos termos do inciso (iii) da Cláusula 5.1.1 e da Cláusula 5.1.3 da Escritura de Emissão, que acarreta no vencimento antecipado automático das Debêntures caso ocorra um pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Companhia ou qualquer das intervenientes anuentes. A UTC Participações S.A., ingressou com pedido de recuperação judicial em 17 de julho de 2017. A Triunfo Participações e Investimentos S.A., ingressou com pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial em 22 de julho de 2017. Com essas medidas a Administração espera repactuar suas dívidas e reestruturar suas operações.

Em 28 de julho de 2017, a Companhia recebeu uma notificação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, debenturista da emissão, informando que o BNDES tomou conhecimento da declaração de vencimento antecipado automático das Debêntures e que mantém contato constante com a Concessionária, com o agente fiduciário e órgãos reguladores para avaliar a melhor solução, proteger seus interesses e viabilizar a continuidade das operações do aeroporto. O BNDES informou ainda que não há decisão definitiva de sua Diretoria sobre o vencimento antecipado da emissão.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 23 de abril de 2018.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperabilidade nas operações (*impairment*), a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não totalizar precisamente os valores apresentados.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Políticas contábeis

3.1. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.2. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. As receitas da prestação de serviços são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos ao contratante ou usuários. Uma receita não é reconhecida quando há alguma incerteza quanto à sua realização.

Receitas tarifárias

São receitas previstas no contrato de concessão e reguladas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) destacadas a seguir:

a) *Tarifa de embarque e conexão*

São os valores cobrados referentes aos serviços prestados, instalações e facilidades disponibilizadas para os passageiros e companhias aéreas.

b) *Tarifa de pouso*

É o valor cobrado referente aos serviços prestados, equipamentos, instalações e facilidades proporcionadas às operações de pouso, decolagem, rolagem e permanência das aeronaves.

c) *Tarifa de permanência*

É o valor cobrado referente aos serviços prestados, equipamentos, instalações e facilidades proporcionadas às operações de permanência no pátio de manobras e na área de estadia do aeroporto a partir de três horas de pouso.

d) *Tarifa de armazenagem*

É o valor cobrado referente aos serviços prestados de armazenamento, guarda e controle de mercadorias nos armazéns de carga aérea do aeroporto.

e) *Tarifa de capatazia*

É o valor cobrado referente aos serviços prestados de movimentação e manuseio das mercadorias nos armazéns de carga aérea do aeroporto.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.2. Reconhecimento de receita--Continuação

Receitas não tarifárias

A Companhia poderá obter receitas não tarifárias em razão da exploração de atividades econômicas acessórias (cessão de áreas para locação, serviços de estacionamento e outros) nos termos do contrato, diretamente por meio de subsidiária integral ou mediante contratação de terceiros.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Companhia deve construir e/ou ampliar a infraestrutura do Aeroporto, e conforme requerido pelo OCPC 05 - Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione incrementos futuros de receitas devem ser registradas pela Companhia em suas demonstrações financeiras como contrapartida do ativo intangível.

Os custos devem ser registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens ou serviços. A Administração da Companhia, através de estudo realizado, inicialmente adotou adicionar aos custos de construção 2% a título de margem. A partir de junho de 2016, a Administração realizou novo estudo e reduziu tal margem a zero.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.3. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço de acordo com a receita tributável gerada.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração da Companhia periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social sobre lucros diferidos são gerados por prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, que tem como objetivo regulamentar de forma permanente os efeitos tributários decorrentes dos ajustes contábeis introduzidos pelas IFRS no país. A Companhia não exerceu a opção antecipada para o ano-calendário de 2014, porém, a partir de 2015 com a entrada em vigor da Lei nº 12.973, todos os efeitos estão sendo oferecidos à tributação na medida em que forem realizados (Nota 17).

Impostos diferidos

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros mantidos para venda conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, clientes, impostos a recuperar, depósitos vinculados, depósitos e cauções, partes relacionadas e outros ativos circulantes. A Companhia classifica seus instrumentos financeiros na categoria empréstimos e recebíveis. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não há instrumentos financeiros derivativos.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, as aplicações financeiras normalmente se qualificam como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação e as características quanto ao risco e remuneração são similares.

A Companhia mantém aplicações financeiras em renda fixa compromissadas de liquidez imediata, constituída pelos valores dos aportes dos acionistas e financiamentos de terceiros para manter os compromissos contratados junto a fornecedores de bens e serviços.

Clientes está apresentado ao valor justo, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com as perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa. Com base na avaliação da Administração da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, foi necessária constituição de provisão para créditos com liquidação duvidosa, para títulos vencidos há mais de 180 dias.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e
 - (a) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo;
 - (b) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro da Companhia, de ativos financeiros que possam ser razoavelmente estimados.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo com contrapartida no resultado, e ou empréstimos e financiamentos conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os passivos financeiros da Companhia correspondem a fornecedores, outorga a pagar, partes relacionadas, taxas aeroportuárias, outros passivos, impostos a recolher e empréstimos e financiamentos. Não há na data dos balanços instrumentos financeiros derivativos.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

3.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

Em 2012, no reconhecimento inicial, a Companhia registrou o ajuste a valor presente sobre o valor da outorga a pagar, referente à concessão do Aeroporto de Viracopos. Como premissa para o cálculo do ajuste a valor presente, a Companhia utilizou como taxa de desconto a nota do Tesouro Nacional, a NTN-B, com vencimento para 2045 com taxa de remuneração de 4,18% a.a., considerado como “papel” livre de risco.

3.6. Imobilizado

Bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo de aquisição, os custos dos ativos incluem os encargos financeiros, despesas imputáveis, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.6. Imobilizado--Continuação

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data de cada balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo serão capitalizados somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A baixa de imobilizado é realizada mediante a venda de um bem ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.7. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, na data do balanço, ativos intangíveis gerados internamente ou adquirido em uma combinação de negócios.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador receber o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da Companhia está condicionada ao uso do ativo e a Companhia é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A Companhia não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (Aeroporto) pelos usuários, mesmo quando o retorno da Companhia tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão serão entregues (vendidas) ao Poder Concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa do ativo.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.7. Ativos intangíveis--Continuação

De acordo com o OCPC 05 - item 42, o ativo intangível deve ser amortizado dentro do prazo da concessão. O cálculo indicado é pela curva de demanda, com base em uma estimativa da curva de amortização que ofereça razoável confiabilidade.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis da concessão do Aeroporto é com base na curva de movimentação de passageiros/cargas (*workload unit - WLU*) projetadas até o final do prazo de concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis que fluirão para a Companhia e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa do ativo.

Contratos de concessão - direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01(R1))

Para a aplicação do ICPC 01, dois aspectos foram considerados para o enquadramento do contrato de concessão à norma:

- (a) O Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços a Companhia deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e
- (b) O Poder Concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

A Companhia entende que os dois requisitos foram atendidos para a aplicação do ICPC 01(R1).

A infraestrutura dentro do alcance do ICPC 01(R1) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à Companhia o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.7. Ativos intangíveis--Continuação

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se a Companhia presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pela Companhia é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A Companhia reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. A Companhia reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

Os contratos de concessão da Companhia que estão no escopo do ICPC 01(R1) não preveem pagamentos pelos serviços de construção por parte do Poder Concedente, portanto, a totalidade dos ativos de concessão está registrada como ativo intangível representado pelo direito de cobrar os usuários do aeroporto.

Serviços de construção que representam potencial de geração de receita adicional

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura. Por se tratar de serviços de construção/melhorias que representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, conforme OCPC 05, estes possuem caráter de execução, e o reconhecimento das obrigações (de construir) e do direito (de explorar) é feito à medida que os serviços de construção são prestados. Os compromissos de construção estão detalhados na Nota 20.

Reconhecimento de receita e margem de construção

Quando a Companhia presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. A Companhia também avaliou que não está previsto contratualmente qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.7. Ativos intangíveis--Continuação

Reconhecimento de receita e margem de construção--Continuação

construção. A Administração da Companhia através de estudos e levantamentos internos identificou custos que só existem em função da obra do novo terminal de passageiros e que geram redução no resultado da empresa. Com base neste cenário, a Companhia contabilizou, a partir de 1º de janeiro de 2013, margem de construção de 2% sobre o custo de construção, calculada em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir a responsabilidade primária da Companhia e custos de gerenciamento e acompanhamento das obras. Após a finalização das obras, a Administração alterou a margem de construção para a zero.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

A Companhia inicialmente registra em seu intangível o total dos valores referentes ao direito de explorar a atividade do aeroporto (outorga) em contrapartida do passivo de longo prazo, e mantém no curto a parcela que deverá ser desembolsada anualmente em julho. O registro mencionado foi realizado com a aplicação do ajuste a valor presente no valor da dívida.

A Companhia ao longo de todo período da concessão deverá considerar os valores e efeitos da recomposição do ajuste a valor presente da outorga e o reajuste pelo IPCA-IBGE previsto em contrato de concessão, como acréscimos provenientes da dívida assumida para ter direito de explorar a infraestrutura aeroportuária e registrar contabilmente esses acréscimos em contrapartida de ativo intangível e do resultado.

3.8. Obrigação da concessão (concessão onerosa)

Em contraprestação pela concessão da exploração do Aeroporto, a Companhia pagará ao Poder Concedente contribuição fixa anual, reajustada anualmente pelo IPCA, referente à outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente concessão. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da Companhia e de suas eventuais subsidiárias integrais, deduzido o montante em reais, resultante da aplicação da alíquota de 26,4165%, sobre a receita proveniente da cobrança de tarifas de embarque, pouso e permanência e dos preços unificados e de permanência, domésticas e internacionais, e de armazenagem e capatazia e deduzidos os cancelamentos, conforme descrito na Nota nº 20.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.9. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia apenas se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Amortização do ativo intangível

Conforme citado no item 3.7, na amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as curvas de benefícios econômicos esperados ao longo dos prazos de concessão do aeroporto, tendo sido adotadas as curvas estimadas de movimentações de passageiros/cargas (*workload unit - WLU*) como base para a amortização. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir os crescimentos projetados da *WLU*. A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção dessa curva que são periodicamente reavaliados pela Administração.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia pode constituir provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais e bases negativas não utilizados e diferenças temporárias, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Julgamentos--Continuação

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia pode reconhecer provisão para causas tributárias cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

3.11. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.11. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, é estimado o fluxo de caixa operacional futuro da unidade geradora de caixa. Essa estimativa considera uma curva de demanda futura, revisada com frequência pela Administração, que tem sua capacidade operacional estabilizada quando a demanda atinge o limite máximo de atendimento. Portanto, não são considerados incrementos adicionais na infraestrutura e não há mais crescimento real do faturamento a partir deste momento. Da curva de demanda derivam-se as receitas futuras, das quais são descontados os devidos impostos e custos operacionais e administrativos. Após, considera-se o pagamento de impostos sobre a renda e os ajustes necessários de variação de capital de giro. Por fim, estima-se um fluxo de reinvestimento, destinado apenas à manutenção do ativo atual.

Esse fluxo de caixa operacional é, então, descontado a valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa, para enfim se obter o valor em uso. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em virtude dos prejuízos apresentados nos últimos exercícios, das operações gerarem um capital circulante líquido ("CCL") negativo e pela não concretização da demanda esperada para o Aeroporto de Viracopos, a Companhia possui indicativos de que o valor contábil de seus ativos possa exceder seu valor recuperável e que os benefícios econômicos futuros poderão não ser suficientes para sua recuperação. Desta forma, a Administração estimou o seu valor recuperável, através de uma estimativa formal, conforme previsto pelo pronunciamento técnico – CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de ativos (Nota 12).

3.12. Despesas antecipadas

Referem-se aos prêmios de seguros pagos antecipadamente, lançadas no resultado mensalmente de acordo com a vigência das apólices de seguros.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.13. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos, quando aplicáveis, quando se tornarem vigentes.

- IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações - O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Este pronunciamento será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018 e esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos serão classificados em 3 categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais e; (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Com relação aos passivos financeiros a norma requer que a mudança no valor justo seja designado contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado. Em relação ao *impairment* de ativos financeiros o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a Companhia registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e mudanças nessas expectativas a cada data de reporte para refleti-las desde o reconhecimento inicial.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis—Continuação

3.13. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017-

- Continuação

- IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo simples para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC30 (R1) Receitas. Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa espera cumprir as obrigações de desempenho. Pelos novos requerimentos do IFRS15, a entidade reconhece a receita somente quando a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o controle dos bens e serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes. O IFRS 15 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. Para contratos que comecem e concluírem no mesmo período de apresentação comparativa, bem como contratos que são concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados. A Companhia analisou as cinco etapas de reconhecimento para diversos tipos de receita do grupo e não identificou até o momento nenhum impacto relevante da adoção desta norma em suas demonstrações financeiras.
- IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil - A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis—Continuação

3.13. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017- - Continuação

- Alterações à IFRS10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture) - As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (joint venture). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, são reconhecidos(as) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos(as) somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou joint venture
- Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento dos Tributos sobre a Renda A interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos

A Companhia está avaliando a adoção desses pronunciamentos e os impactos nas suas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2018.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	6.974	8.714	6.974	8.530
Aplicações em renda fixa	74.634	1.422	74.634	1.422
	81.608	10.136	81.608	9.952

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está substancialmente representado por saldos disponíveis em conta corrente e por aplicações em renda fixa compromissadas, sem risco de mudança significativa de valor e com liquidez imediata.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Depósitos vinculados - Consolidado

O valor de R\$ 222.008 (R\$ 219.190 em 2016) refere-se a reservas monetárias em formação aplicadas em bancos de primeira linha, corrigidas pelo CDI, no valor de R\$ 66.960, para honrar os compromissos de empréstimos e a Contribuição Mensal (antigo ATAERO), previstos no contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES (Nota 13) supervisionada pelo agente fiduciário, R\$ 148.375 reservados para o pagamento de outorga fixa e variável e R\$ 6.673 aplicadas para pagamento de obrigações da VESA. Os valores citados estão bloqueados e dependem de prévia anuência de todos os credores para serem liberados.

6. Clientes

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Teca correntista (a)	19.887	17.677	19.887	17.677
Embarque e conexão (b)	21.778	11.160	21.778	11.160
Pouso e permanência (c)	13.569	5.115	13.569	5.115
Locação de espaços (d)	13.844	15.977	13.844	15.977
Estacionamentos (e)	126	2.637	-	-
	69.204	52.566	69.078	49.929
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (f)	(2.349)	(2.384)	(2.333)	(2.280)
Total (g)	66.855	50.182	66.745	47.649

- (a) Recebíveis dos serviços de armazenagem, capatazia, acessórios, movimentação de mercadoria, logísticas e congêneres, e respectivos serviços de apoio.
- (b) Contas a receber dos serviços aeroportuários para passageiros de embarque, conexões e respectivos serviços de apoio.
- (c) Recebíveis dos serviços aeroportuários de pouso e permanência de aeronaves.
- (d) Valor a receber referente à locação de espaços nas atividades exploradas por terceiros, inclusive estacionamento.
- (e) Valor referente aos serviços de estacionamento e permanência de veículos.
- (f) Constituição de provisão de perda para títulos vencidos acima de 180 dias
- (g) Incluso no contas a receber "Teca correntista", "Embarque e conexão" e "Pouso e permanência" o valor de R\$11.826 relativos a Contribuição Mensal e R\$ 685 ao Adicional de Tarifa Aeroportuária - ATAERO, PAN e PAT (Nota nº 21) a ser repassado ao Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC).

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Clientes--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
A vencer	37.855	37.402	37.853	34.966
Vencidos				
De 1 a 30 dias	7.959	4.721	7.959	4.651
De 31 a 60 dias	1.693	2.780	1.693	2.780
De 61 a 90 dias	1.778	1.920	1.778	1.892
De 91 a 180 dias	5.730	3.060	5.730	3.059
De 181 a 360 dias	11.832	1.646	11.730	1.640
Acima de 360 dias	2.357	1.037	2.335	941
	69.204	52.566	69.078	49.929

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Saldo no início do exercício	(2.384)	(644)	(2.280)	(644)
Adição de PCLD	(4.738)	(3.079)	(4.736)	(2.872)
Reversão de PCLD	4.773	1.339	4.683	1.236
	(2.349)	(2.384)	(2.333)	(2.280)

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Partes relacionadas

As principais transações e saldos entre partes relacionadas em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	Consolidado							
	31/12/2017				31/12/2016			
	Ativo intangível	Ativos	Passivo	Resultado	Ativo intangível	Ativos	Passivo	Resultado
<u>Prestação de serviço:</u>								
Consórcio Construtor Viracopos	2.228.381	687	-	-	2.228.381	570	-	-
Egis Airport Operation	25.235	-	1.140	-	25.235	-	1.186	2
<u>Outros</u>								
INFRAERO	-	5.812	5.420	-	-	5.620	5.420	(93)
Viracopos Estacionamentos S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
TPI Triunfo Participações e Investimentos S.A.	-	-	22	-	-	-	22	-
Aeroportos Brasil S.A	-	90	-	-	-	-	-	-
Total	2.253.616	6.589	6.582	-	2.253.616	6.190	6.628	(91)
	Controladora							
	31/12/2017				31/12/2016			
	Ativo intangível	Ativos	Passivo	Resultado	Ativo intangível	Ativos	Passivo	Resultado
<u>Prestação de serviço:</u>								
Consórcio Construtor Viracopos	2.228.381	687	-	-	2.228.381	570	-	-
Egis Airport Operation	25.235	-	1.140	-	25.235	-	1.186	2
<u>Outros</u>								
INFRAERO	-	5.812	5.420	-	-	5.620	5.420	(93)
Viracopos Estacionamentos S.A.	-	1.782	3	2	-	2.598	2	17.760
TPI Triunfo Participações e Investimentos S.A.	-	-	22	-	-	-	22	-
Aeroportos Brasil S.A	-	90	-	-	-	-	-	-
Total	2.253.616	8.371	6.585	2	2.253.616	8.788	6.630	17.669

Viracopos Estacionamento S.A.: refere-se outorga variável, serviços e fornecimentos de materiais e equipamentos destinados à operação do estacionamento pagas pela Aeroportos Brasil Viracopos S.A. até o primeiro trimestre de 2017, e reembolso de serviços de transportes pagos pela Viracopos Estacionamentos S.A. além de contrato de cessão de área para exploração dos serviços de estacionamento. A Viracopos Estacionamentos S.A. - VESA é uma subsidiária integral da Aeroportos Brasil Viracopos S.A. - ABV, desse modo, o contrato de cessão de área para exploração de serviços de estacionamento pela VESA não segue as mesmas condições dos demais contratos, levando em consideração que a VESA é uma extensão da ABV de um nicho específico de serviços, criada por força do contrato de concessão.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Partes relacionadas—Continuação

As demais transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições similares àquelas que seriam realizadas com terceiros quanto a prazos, preços e condições (*Arm's Length*).

Consórcio Construtor Viracopos: o Consórcio Construtor Viracopos (CCV) é formado pela Construtora Triunfo S.A. e a Constran S.A. A Companhia firmou com este consórcio dois contratos: o primeiro, em 28 de agosto de 2012, para prestação de serviços e fornecimentos preliminares (obras emergenciais de melhoria e apoio de engenharia) no valor de R\$69.000, e o segundo, em 1º de novembro de 2012, no valor de R\$2.065.042 para a implementação do novo terminal do Aeroporto de Viracopos na modalidade de contrato de prestação de serviços e fornecimentos em regime de empreitada global sob a modalidade *Engineering, Procurement, Construction* (EPC) - "*Turn Key-Lump Sum*" - das obras pertinentes à fase I-B do contrato de concessão. O valor adicionado ao intangível refere-se aos gastos incorridos nas obras, no exercício.

Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 12 de agosto de 2014, foi autorizada a celebração do "Aditivo ao Contrato de Construção". Em 1º de dezembro de 2014, foi assinado o aditivo contratual estabelecendo que devido ao aumento da capacidade de processamento de passageiros foi necessário o aditivo de R\$176.427 referente a serviços e fornecimento não previstos quando da assinatura do contrato e de R\$602.174 por modificações de projetos, totalizando R\$778.601, cuja data base refere-se a setembro de 2012.

Egis Airport Operation: refere-se ao contrato de prestação de serviços técnicos, prestação de apoio, suporte e/ou assistências gerenciais e operacionais, limitados à apresentação dos "*deliverables*". Esse contrato aprovado por deliberação havida em 18 de março de 2014 pelo Conselho de Administração, com base em um orçamento de € 1.841, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014 e o término dos serviços ocorrerá nos prazos previstos, aplicável a cada um dos escopos de trabalho que constitui o objeto do contrato. As partes têm a opção de estender o prazo de prestação de serviços, com os correspondentes ajustes de preço, sempre mediante celebração de termo aditivo. A vigência do contrato é por tempo indeterminado.

INFRAERO: refere-se a valores de repasses relativos à operação de transição, reembolso de despesas pagas pela INFRAERO como contratação de serviços, reembolso de despesas com PAMI, serviços de consultoria, suporte e desenvolvimento de TI e reembolso de despesas pagas pela Aeroportos Brasil Viracopos S.A. com impostos de faturamentos repassados à INFRAERO, da utilização de áreas, taxas de administração de cartões, serviços de TI e outros, despesas de utilidades públicas (água, energia e outros).

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Partes relacionadas--Continuação

TPI - Triunfo Participações e Investimentos: refere-se a reembolso de despesas a serem pagas pela "Viracopos".

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração da diretoria executiva	2.914	4.255
Honorários dos conselheiros (Nota nº 26)	1.478	1.441
Total	4.392	5.696

8. Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
PIS/COFINS/CSLL - Lei nº 10.833/2003	141.947	192.348	141.947	192.179
IRRF s/ aplicações financeiras	5.024	4.671	4.870	4.671
ISSQN a compensar	522	409	518	404
Outros	8	8	8	8
	147.501	197.436	147.343	197.262
Circulante	68.303	61.326	68.145	61.152
Não circulante	79.198	136.110	79.198	136.110
	147.501	197.436	147.343	197.262

9. Despesas antecipadas - Consolidado

As despesas antecipadas, classificadas no circulante e não circulante, no montante total de R\$7.816 (R\$7.880 em 31 de dezembro de 2016), representam os gastos referentes à contratação de seguros e licenças de uso, sendo a despesa reconhecida "*pro rata temporis*" de acordo com o período de vigência das apólices e dos contratos.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos

Em 7 de novembro de 2012, foi constituída a Empresa Viracopos Estacionamentos S.A. ("VESA"), uma subsidiária integral da Companhia para explorar as atividades de estacionamento no Aeroporto Internacional de Viracopos.

O capital subscrito e integralizado da VESA é de R\$1.000, o início das operações ocorreu em 1º de maio de 2015.

Em novembro de 2016 com eficácia a partir de janeiro de 2017, ABV e Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços ("ESTAPAR") celebram um contrato de exploração de estacionamento vigente por 144 meses a partir de 15 de março de 2017, a ESTAPAR passou a administrar e operar integralmente as áreas de estacionamento no Aeroporto Internacional de Viracopos. Em decorrência de garantias fornecidas junto ao BNDES, o banco não aprovou a negociação feita entre as partes e bloqueou o montante de R\$ 80 milhões em conta de reserva. A Companhia não possui definição sobre a devolução do valor de venda à Estapar e uma nova operação do estacionamento ou sobre a liberação do valor bloqueado em conta reserva.

A participação societária na controlada está incluída na demonstração financeira e o reconhecimento do resultado por meio da equivalência patrimonial.

a) Investimentos permanentes

<u>Investimento</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Participação</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Investimentos permanentes em 31/12/2017</u>	<u>Investimentos permanentes em 31/12/2016</u>
Viracopos Estacionamentos S.A.	505	100%	(693)	218	911

b) Movimentação dos investimentos permanentes

<u>Investimento</u>	<u>Investimentos permanentes em 31/12/2016</u>	<u>Aportes de capital e AFAC</u>	<u>Resultado de equivalência patrimonial</u>	<u>Investimentos permanentes em 31/12/2017</u>
Viracopos Estacionamentos S.A.	911	-	(693)	218

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos--Continuação

Os saldos do balanço patrimonial e do resultado do exercício de 31 de dezembro de 2017 e 2016 da controlada Viracopos Estacionamentos S.A. utilizados na consolidação estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo circulante	6.990	9.952
Ativo não circulante	2	224
Total do ativo	<u>6.992</u>	<u>10.176</u>
Passivo circulante	4.581	7.719
Passivo não circulante	2.193	1.546
Patrimônio líquido	218	911
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>6.992</u>	<u>10.176</u>
Resultado bruto	(671)	2.017
Despesas gerais, administrativas e resultado financeiro	11	(1.013)
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro	(660)	1.004
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	(190)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(33)	(232)
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>(693)</u>	<u>582</u>

11. Imobilizado

		<u>Consolidado</u>				
		<u>Taxa anual de depreciação</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2017</u>
Custo						
Equipamentos de processamento de dados			3.362	45	-	3.407
Móveis e utensílios			1.684	-	-	1.684
Veículos			397	1	(70)	328
Máquinas e equipamentos			1.896	372	(21)	2.247
Instalações			39	-	-	39
			<u>7.378</u>	<u>418</u>	<u>(91)</u>	<u>7.705</u>
Depreciação acumulada						
Equipamentos de processamento de dados	20%		(1.911)	(649)	-	(2.560)
Móveis e utensílios	10%		(567)	(170)	20	(717)
Veículos	20%		(263)	(62)	66	(259)
Máquinas e equipamentos	10%		(428)	(204)	-	(632)
Instalações	10%		(7)	(4)	-	(11)
			<u>(3.176)</u>	<u>(1.089)</u>	<u>86</u>	<u>(4.179)</u>
Total			<u>4.202</u>	<u>(671)</u>	<u>(5)</u>	<u>3.526</u>

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

		Controladora				
		Taxa anual de depreciação	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Custo						
	Equipamentos de processamento de dados		3.356	45	-	3.401
	Móveis e utensílios		1.663	-	-	1.663
	Veículos		397	1	(70)	328
	Máquinas e equipamentos		1.886	372	(21)	2.237
	Instalações		17	-	-	17
			7.319	418	(91)	7.646
Depreciação acumulada						
	Equipamentos de processamento de dados	20%	(1.909)	(648)	-	(2.557)
	Móveis e utensílios	10%	(564)	(168)	20	(712)
	Veículos	20%	(262)	(62)	66	(258)
	Máquinas e equipamentos	10%	(428)	(203)	-	(631)
	Instalações	10%	(6)	(1)	-	(7)
			(3.169)	(1.082)	86	(4.165)
	Total		4.150	(664)	(5)	3.481

12. Intangível

a) Composição

		Consolidado			
		31/12/2017		31/12/2016	
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido	
	Outorga - direito da concessão	3.094.21	(175.368)	2.918.849	2.964.081
	Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a	86.222	(14.228)	71.994	74.894
	Licença ambiental CETESB	23.948	(14.612)	9.336	12.641
	ERP e <i>softwares</i>	20.618	(10.921)	9.697	9.823
	Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	69.914	(9.650)	60.264	56.231
	Benfeitorias estacionamentos	1.074	(353)	721	815
	Terminal 1 e Edifício garagem (EDG)	3.524.38	(139.214)	3.385.166	3.402.363
	Margem de construção - OCPC 05	64.433	(2.438)	61.995	62.985
	Intangível em andamento	90.174	-	90.174	124.217
		6.974.98	(366.784)	6.608.196	6.708.050
	Provisão para perda por redução ao valor			(946.840)	-
				5.661.356	6.708.050

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível--Continuação

a) Composição--Continuação

	Controladora			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Outorga - direito da concessão	3.094.217	(175.368)	2.918.849	2.964.081
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante	86.222	(14.228)	71.994	74.894
Licença ambiental CETESB	23.948	(14.612)	9.336	12.641
ERP e <i>softwares</i>	20.580	(10.904)	9.676	9.796
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	69.914	(9.648)	60.266	56.231
Benfeitorias estacionamentos	1.074	(353)	721	815
Terminal 1 e Edifício garagem (EDG)	3.524.380	(139.214)	3.385.166	3.402.363
Margem de construção - OCPC 05	64.433	(2.438)	61.995	62.985
Intangível em andamento	90.174	-	90.174	124.217
	6.974.942	(366.765)	6.608.177	6.708.023
Provisão para perda por redução ao valor recuperável			(946.840)	-
			5.661.337	6.708.023

b) Movimentação

<u>Custo</u>	Consolidado				
	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2017
Outorga - direito da concessão	3.094.217	-	-	-	3.094.217
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão (Terminal 0)	86.222	-	-	-	86.222
Licença ambiental CETESB	23.892	56	-	-	23.948
ERP e <i>softwares</i>	17.084	3.534	-	-	20.618
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	63.182	6.732	-	-	69.914
Benfeitorias estacionamentos	1.074	-	-	-	1.074
Terminal 1 e Edifício garagem (EDG)	3.487.876	-	-	36.504	3.524.380
Margem de construção - OCPC 05	64.433	-	-	-	64.433
Intangível em andamento	124.217	2.461	-	(36.504)	90.174
	6.962.197	12.783	-	-	6.974.980

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível--Continuação

b) Movimentação--Continuação

	Taxa anual de amortização	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2017
Amortização acumulada						
Outorga - direito de concessão	(*)	(130.136)	(45.232)	-	-	(175.368)
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão	(**)	(11.328)	(2.900)	-	-	(14.228)
Licença ambiental CETESB (Terminal 0)	(**)	(11.251)	(3.361)	-	-	(14.612)
ERP e <i>softwares</i>	20%	(7.261)	(3.660)	-	-	(10.921)
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	(**)	(6.951)	(2.699)	-	-	(9.650)
Benfeitorias estacionamento	10%	(259)	(94)	-	-	(353)
Terminal 1 e Edifício garagem (EDG)	(*)	(85.513)	(53.701)	-	-	(139.214)
Margem de construção - OCPC 05	(*)	(1.448)	(990)	-	-	(2.438)
		(254.147)	(112.637)	-	-	(366.784)
		6.708.050	(99.854)	-	-	6.608.196

	Controladora				
	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2017
Custo					
Outorga - direito da concessão	3.094.217	-	-	-	3.094.217
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão (Terminal 0)	86.222	-	-	-	86.222
Licença ambiental CETESB	23.892	56	-	-	23.948
ERP e <i>softwares</i>	17.046	3.534	-	-	20.580
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	63.182	6.732	-	-	69.914
Benfeitorias estacionamentos	1.074	-	-	-	1.074
Terminal 1 e Edifício Garagem (EDG)	3.487.876	-	-	36.504	3.524.380
Margem de construção - OCPC 05	64.433	-	-	-	64.433
Intangível em andamento	124.217	2.461	-	(36.504)	90.174
	6.962.159	12.783	-	-	6.974.942

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível--Continuação

b) Movimentação--Continuação

	Taxa anual de amortizaç ão	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2017
Amortização acumulada						
Outorga - direito de concessão	(*)	(130.136)	(45.232)	-	-	(175.368)
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão (Terminal 0)	(**)	(11.328)	(2.900)	-	-	(14.228)
Licença ambiental CETESB	(**)	(11.251)	(3.361)	-	-	(14.612)
ERP e <i>softwares</i>	20%	(7.250)	(3.654)	-	-	(10.904)
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	(**)	(6.951)	(2.697)	-	-	(9.648)
Benfeitorias estacionamento	10%	(259)	(94)	-	-	(353)
Terminal 1 e Edifício Garagem (EDG)	(*)	(85.513)	(53.701)	-	-	(139.214)
Margem de construção - OCPC 05	(*)	(1.448)	(990)	-	-	(2.438)
		<u>(254.136)</u>	<u>(112.629)</u>	-	-	<u>(366.765)</u>
		6.708.023	(99.846)	-	-	6.608.177

(*) Amortização efetuada pela curva de demanda "workload unit - WLU".

(**) Amortização efetuada pelo método linear durante o prazo de concessão

Para construção do novo terminal com capacidade de 25 milhões de passageiros ao ano, foi contratado o Consórcio Construtor Viracopos S.A. (nota 7). As obras de ampliação do aeroporto contam com o investimento dos acionistas e empréstimos do BNDES de forma direta e indireta, esta última através de outras instituições financeiras

As obras do terminal na modalidade EPC - "Turn Key-Lump Sum" estão substancialmente concluídas (96,5%), e o montante relativo a esse percentual ativado foi iniciada sua amortização. A Companhia registrou em seu ativo intangível a outorga decorrente da oferta no leilão para concessão do direito de explorar a atividade aeroportuária pelo valor original de R\$3.821.000 com o registro do ajuste a valor presente da dívida.

Está previsto que o ajuste a valor presente será recomposto mensalmente e que a dívida da outorga será reajustada pelo IPCA da mesma forma, sendo assim, a Administração optou que, ao efetuar a recomposição do ajuste a valor presente e ao atualizar a dívida pelo IPCA, esses valores sejam parcialmente registrados no intangível e no resultado. Com base em estudos e levantamentos definiu-se que o percentual a capitalizar até 30 de abril de 2016 foi de 90,73% e no resultado 9,27%. A partir de 1º de maio de 2016 foram redefinidos os percentuais de capitalização para 59,49% e no resultado 40,51%, considerando-se a relação percentual dos investimentos da fase I-B pelo total dos investimentos previstos no prazo de concessão. Em 2017 não houve capitalização, visto que não houve investimentos significativos no ativo intangível.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível--Continuação

Reequilíbrio econômico e financeiro

Foram realizados os registros pertinentes ao Reequilíbrio Econômico e Financeiro no ativo intangível, por se tratar de uma alteração da Outorga Fixa. Os registros contábeis foram realizados no ativo intangível na linha "Outorga", as atualizações do reequilíbrio econômico financeiro pelo IPCA acumulado e pela taxa de 6,81% proporcionalmente pelo número de meses correspondente ao desequilíbrio. Os encargos de atualização foram capitalizados na proporção citada acima, em contrapartida com a Outorga a Pagar (Nota 19). Na amortização do ativo intangível foi registrada a amortização correspondente a esses valores, em contrapartida ao resultado.

Esses registros foram necessários para equalizar a proporção dos custos de amortização com a expectativa de receitas, frustrada anteriormente pelo desequilíbrio.

Teste do valor recuperável

Com base no CPC 01(R1), a Companhia realizou teste do valor recuperável de seu ativo intangível em 31 de dezembro de 2017. Para tanto, comparou-se o valor contábil do ativo intangível, composto pelas capitalizações efetuadas ao longo do tempo até a data indicada (*carrying amount*), com o valor presente dos fluxos de caixa operacionais das unidades geradoras de caixa disponíveis na infraestrutura atual do Aeroporto de Viracopos. O Plano de negócios foi aprovado pela Administração em 20 de novembro de 2017. O teste é elaborado com o objetivo de analisar eventuais perdas por redução do valor recuperável do ativo intangível. Como resultado dos procedimentos efetuados, em 31 de dezembro de 2017, o saldo contábil das capitalizações no ativo intangível era superior ao valor presente das unidades geradoras de caixa, tomando por base projeção realizada entre janeiro de 2018 e julho de 2042.

Portanto, registra-se perda do valor recuperável ao longo do prazo da Concessão, que deve ser contabilizado no resultado do exercício, no montante de R\$ 946.840 mil, na rubrica de outras despesas.

A seguir se indica como procedeu-se com o teste, apresentando as premissas utilizadas a fim de obter a conclusão descrita no parágrafo acima.

O saldo do ativo intangível utilizado para o teste de recuperabilidade (*carrying amount*) está descrito e detalhado nesta nota. Resumidamente, o valor considerado para o teste de recuperabilidade advém das capitalizações, líquidas de amortização, realizadas pela Companhia até 31 de dezembro de 2017.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível--Continuação

Teste do valor recuperável--Continuação

Em relação a este *carrying amount*, que representa o intangível líquido da Companhia, elabora-se a projeção do fluxo de caixa de atividades operacionais, que desconsidera o fluxo de pagamento da Outorga Fixa futura, de modo a evitar a dupla contagem da Outorga no cálculo. Este fluxo também deve ser trazido a valor presente e comparado ao saldo do *carrying amount*. É o desnivelamento desses valores, na data base de 31 de dezembro de 2017 que gera o apontamento de perda do valor recuperável (*impairment*).

Alternativamente, a Companhia também simulou cenário de cálculo do valor recuperável retirando-se a Outorga Fixa do saldo do intangível líquido e inserindo o pagamento das parcelas futuras no fluxo de caixa operacional. O resultado obtido foi semelhante.

Deste modo, optou-se pelo registro do valor apontado acima. A seguir elucida-se a metodologia para cálculo do fluxo de atividades operacionais.

Projeção do fluxo de caixa operacional

Receitas

Para estimar o fluxo de receitas entre janeiro de 2018 e julho de 2042, último período da Concessão, adotou-se melhores práticas para projeção de receitas de cada unidade geradora de caixa da Companhia: Terminal de Passageiros, Terminal de Cargas e Negócios Comerciais. Em todos os casos considerou-se a atual infraestrutura do Aeroporto de Viracopos, sem, portanto, considerar eventuais investimentos futuros que expandam a capacidade da infraestrutura. Assim, uma vez que se alcance a capacidade operacional da infraestrutura (terminal de passageiro e cargas e sistema de pistas), em termos de processamento de passageiros, aeronaves e carga, estabiliza-se a projeção de demanda.

Em relação às receitas de embarque e conexão de passageiros e pouso e permanência de aeronaves (Unidade Terminal de Passageiros), a arrecadação provém das tarifas reguladas conforme estabelecido do Contrato de Concessão. Relativamente ao ano base de 2016, registra-se uma queda no volume esperado de passageiros em função da frustração de demanda verificada em 2017. A Companhia reflete este decréscimo de demanda em suas projeções, o que acaba influenciando o potencial de arrecadação tarifário proporcionalmente.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível—Continuação

Teste do valor recuperável --Continuação

Projeção do fluxo de caixa operacional--Continuação

Receitas--Continuação

Na unidade Terminal de Cargas, assume-se projeção de demanda refletindo as atuais condições macroeconômicas e de mercado, até o atingimento do limite operacional atual. Assim como na unidade Terminal de Passageiros, as receitas são fruto de tarifas reguladas, sendo a maior parte da arrecadação proveniente da importação de cargas. No exercício de 2017, houve uma revisão da demanda do Terminal de Cargas, cuja variação acompanhou a frustração de demanda citada acima.

Já no caso de Negócios Comerciais, parte dos recebíveis se originam da cessão de áreas do terminal de passageiros para exploração comercial: varejo, lojas francas, espaços de alimentação e bebidas, publicidade, estacionamento etc. Para estimar a arrecadação proveniente desse segmento, utilizou-se as premissas contratuais atuais, que variam de acordo com o volume da demanda. Outra parte dos Negócios Comerciais vem da exploração imobiliária dentro do sítio aeroportuário, porém fora dos terminais de passageiros e cargas. Nesse caso, considerou-se o total de volume de terras disponíveis e o potencial de internalizar o já vultoso desenvolvimento imobiliário, industrial e logístico, característico da região em que se insere o Aeroporto de Viracopos. Portanto, de acordo com esse potencial de internalização dos negócios e indústrias faseou-se a exploração imobiliária em etapas, respeitando o processo de liberação das áreas ao longo do tempo e as características geográficas e estratégicas de cada área.

A Administração da Companhia efetuou a revisão dos contratos de locação dos espaços previstos para exploração imobiliária, cujos valores de aluguel e potencial de expansão de áreas foram reduzidos, devido à frustração de expectativas previamente formuladas. Neste momento, projeções mais conservadoras e exequíveis foram adotadas, refletindo as condições atuais de mercado e estratégicas da Concessionária. Este fato impactou forte e negativamente o resultado das projeções de receita o que foi fator decisivo para a análise do valor recuperável, resultando na provisão para *impairment* ora registrada.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível—Continuação

Teste do valor recuperável --Continuação

Projeção do fluxo de caixa operacional--Continuação

Receitas--Continuação

Para todos os negócios imobiliários considerou-se apenas a cessão simples de área para os empreendimentos, sem aventar a possibilidade da Companhia participar conjuntamente com os investimentos necessários e, portanto, podendo compartilhar os recebíveis de cada empreendimento. Os preços de reais por metro quadrado utilizados estão de acordo com o padrão de mercado e internalizam a necessidade de investimentos por parte do empreendedor.

O processo de ocupação das áreas foi dividido em três fases, com características e prazos de início distintos. Por prudência, apenas consideraram-se empreendimentos novos até 2025, respeitando, portanto, um prazo mínimo de 17 anos para que o empreendedor obtenha seu retorno dentro do prazo da Concessão.

Custos e despesas

Com o objetivo de se obter o fluxo de caixa operacional da Companhia, para efeitos do teste acima enunciado, projetaram-se também os custos e despesas da Companhia ao longo do tempo. Esse fluxo se divide em três principais: custos e despesas operacionais e administrativas, impostos e investimentos em manutenção da infraestrutura.

Os custos e despesas operacionais e administrativas partiram do atual padrão da Companhia, e sua projeção baseia-se, em grande parte, no aumento da demanda de passageiros e carga. Os impostos utilizados, diretos e indiretos, foram estimados de acordo com a legislação vigente aplicada à Companhia, considerando os créditos de impostos indiretos acumulados até 31 de dezembro de 2017 e os créditos a obter com a operação do Aeroporto ao longo dos anos que restam. Também se considerou um percentual de reinvestimento no fluxo de caixa, esse valor foi estimado apenas para manter a infraestrutura atual em nível operacional. Portanto, não se considerou necessidades de expansão futuras, pois, a demanda deverá ficar estável a partir do atingimento desses limites de capacidade.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível—Continuação

Teste do valor recuperável --Continuação

Projeção do fluxo de caixa operacional--Continuação

Custos e despesas--Continuação

No caso da simulação realizada pela companhia, na qual retira-se a Outorga Fixa do saldo do intangível líquido, também computa-se as parcelas futuras de pagamento de Outorga como dispêndio que impacta o fluxo de caixa das atividades operacionais.

Valor presente e taxa de desconto

A partir da formatação da estimativa de fluxo de caixa operacional, conforme premissas apresentadas acima, fez-se o desconto desse a valor presente através da utilização de uma taxa de desconto. A data-base utilizada foi de janeiro de 2018, uma vez que o teste de recuperabilidade foi elaborado sobre o ativo intangível, com data base em 31 de dezembro de 2017.

A taxa de desconto respeitou a consagrada metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC). Nessa metodologia, pondera-se o custo de capital próprio e o custo de capital de terceiros de acordo com a alavancagem da Companhia. Sobre o custo de capital de terceiros, utilizou-se as premissas obtidas a partir dos contratos atuais de financiamento firmados pela Companhia, além de projeções de longo prazo dos indexadores destas dívidas. Em relação ao custo de capital próprio, utilizou-se o modelo CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), no qual parte-se de uma rentabilidade mínima, atrelada à rentabilidade dos títulos da dívida pública brasileira, e pondera-se um fator de risco de mercado, que leva em conta o risco geral do mercado brasileiro alavancado pelo nível de risco específico do negócio aeroportuário.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos

Em 26 de dezembro de 2012, a Companhia firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) para a obtenção de linha de crédito de R\$1.192.137, o chamado "empréstimo ponte", para construção do novo terminal de passageiros, conforme previsto no contrato de concessão. Essa linha de crédito teve vencimento em fevereiro de 2014, sendo quitada e substituída por crédito de longo prazo, conforme segue:

- i) Crédito direto BNDES de R\$1.198.700, dividido em três subcréditos

<u>Subcréditos</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>Carência</u>	<u>Amortização</u>
Subcrédito "A"	1.085.300	15/07/2015	210 prestações mensais
Subcrédito "B"	106.000	15/12/2015	18 prestações anuais
Subcrédito "C"	7.400	15/11/2015	145 prestações mensais
Total	<u>1.198.700</u>		

- ii) Crédito indireto BNDES (bancos repassadores) no valor de R\$297.800, dividido em dois subcréditos

<u>Subcréditos</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>Carência</u>	<u>Amortização</u>
Subcrédito "A"	271.300	15/07/2015	210 prestações mensais
Subcrédito "B"	26.500	15/12/2015	18 prestações anuais
Total	<u>297.800</u>		

Em 20 de abril de 2015, foram formalizados novos contratos de financiamento junto ao BNDES, no valor total de R\$ 633.711, sendo R\$ 507.599 na modalidade direta e R\$ 126.112 na modalidade indireta com os bancos: Bradesco, Banco do Brasil e Banco Itaú. Os valores captados foram utilizados nas obras da Fase I-B e em obras complementares que não haviam sido objeto de escopo do financiamento original. Além disso estes novos contratos de financiamento preveem a realização das obras chamadas de "Ciclo 1,5", no montante de cerca de R\$ 150.000.

- iii) Crédito suplementar direto BNDES de R\$507.599, dividido em sete subcréditos

<u>Subcréditos</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>Carência</u>	<u>Amortização</u>
Subcrédito "A"	152.745	15/12/2017	16 prestações anuais
Subcrédito "B"	93.056	15/12/2018	15 prestações anuais
Subcrédito "C"	55.833	15/01/2016	204 prestações mensais
Subcrédito "D"	87.738	15/12/2018	15 prestações anuais
Subcrédito "E"	89.502	15/01/2018	180 prestações mensais
Subcrédito "F"	25.572	15/12/2018	15 prestações anuais
Subcrédito "G"	3.153	15/01/2017	192 prestações mensais
Total	<u>507.599</u>		

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- iv) Crédito suplementar indireto BNDES (bancos repassadores) no valor de R\$126.112, dividido em seis subcréditos

<u>Subcréditos</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>Carência</u>	<u>Amortização</u>
Subcrédito "A"	38.186	15/12/2017	16 prestações anuais
Subcrédito "B"	23.264	15/12/2018	15 prestações anuais
Subcrédito "C"	13.958	15/01/2016	204 prestações mensais
Subcrédito "D"	21.935	15/01/2018	15 prestações anuais
Subcrédito "E"	22.376	15/01/2018	180 prestações mensais
Subcrédito "F"	6.393	15/12/2018	15 prestações anuais
Total	126.112		

Os bancos repassadores entraram nessa operação na seguinte proporção: Banco do Brasil (30%); Itaú BBA (35%); Banco Bradesco (30%); e Banco Espírito Santo (5%).

- v) Subscrição de 300.000 (trezentas mil) debêntures da 1ª Emissão, não conversíveis em ações, espécie quirografária, em quatro séries no total de até 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures de cada série, em montante equivalente a R\$300.000

<u>Debêntures</u>	<u>Quantidade</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>Amortização</u>
1ª Série	75.000	75.000	15/09/2019 a 15/09/2025
2ª Série	75.000	75.000	15/12/2019 a 15/12/2025
3ª Série	75.000	75.000	15/03/2020 a 15/03/2026
4ª Série	75.000	75.000	15/06/2020 a 15/06/2025
Total	300.000	300.000	

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A Companhia demonstra abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos contratados:

Contratos	Taxa	Valor liberado	Valor em 31/12/2017	Valor em 31/12/2016
Crédito direto - A	TJLP + 2,88% a.a.	1.085.300	1.043.361	1.090.226
Crédito direto - B	IPCA + TR BNDES + 2,88% a.a.	106.000	125.219	138.851
Crédito indireto - A	TJLP + 3,90% a.a.	271.300	249.704	271.033
Crédito indireto - B	IPCA + TR BNDES + 3,90% a.a.	26.500	36.547	38.486
Crédito suplem. direto - A	IPCA + TR + 3,43% a.a.	152.745	172.161	174.539
Crédito suplem. direto - B	IPCA + TR + 3,43% a.a.	93.056	137.293	108.389
Crédito suplem. direto - C	TJLP + 3,43% a.a.	51.681	49.875	53.587
Crédito suplem. direto - D	IPCA + TR + 3,43% a.a.	78.833	112.921	99.435
Crédito suplem. direto - E	TJLP + 3,43% a.a.	6.222	7.772	7.027
Crédito suplem. direto - F	IPCA + TR + 3,43% a.a.	1.778	2.483	2.177
Crédito suplem. indireto - A	IPCA + TR + 4,90% a.a.	38.186	45.525	38.134
Crédito suplem. indireto - B	IPCA + TR + 4,90% a.a.	23.264	27.966	23.232
Crédito suplem. indireto - C	TJLP + 4,90% a.a.	12.921	16.866	12.777
Crédito suplem. indireto - D	IPCA + TR + 4,90% a.a.	20.303	29.450	30.244
Crédito suplem. indireto - E	TJLP + 4,90% a.a.	1.556	2.875	1.636
Crédito suplem. indireto - F	IPCA + TR + 4,90% a.a.	444	533	677
Debêntures	IPCA + 8,79% a.a.	300.000	482.784	471.457
Custo de captação dos empréstimos		-	(56.186)	(56.114)
		2.270.089	2.487.149	2.505.793
Passivo circulante			245.041	219.055
Passivo não circulante			2.242.108	2.286.738
			2.487.149	2.505.793

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	2.505.793	2.385.910
Liberações BNDES (direto e indireto)	-	2.488
Juros, encargos e atualizações incorridos	273.889	310.334
Amortização do principal (BNDES)	(52.702)	(41.739)
Amortização de principal (<i>Hot Money</i>)	-	(2.048)
Juros, encargos e atualizações pagos	(239.831)	(149.136)
Custo de captação dos empréstimos	-	(16)
	2.487.149	2.505.793

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Garantias da operação

Constituídos pelos (i) direitos creditórios cedidos atuais e futuros da Companhia incluindo as receitas tarifárias e as receitas não tarifárias sem limitações, além de todas e quaisquer indenizações a serem recebidas de apólices de seguros contratadas; (ii) pelo penhor da totalidade das ações de propriedade dos acionistas indiretos e da INFRAERO; (iii) pelo compromisso de suporte financeiro pelos acionistas da Companhia; e (iv) por quaisquer outros bens e direitos que passem a garantir os documentos da operação após a data de celebração do contrato com o BNDES.

Cláusulas contratuais - covenants

Os contratos de empréstimos realizados junto ao BNDES possuem cláusulas de obrigações especiais que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros (*covenants*), conforme segue:

- (i) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,30x (um inteiro e três décimos), apurado anualmente conforme cálculo ($ICSD = (Geração\ de\ Caixa / SD)$), comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, no período de 12 meses;
- (ii) Manter o Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) Maior ou igual a 25%, nos termos da seguinte fórmula: $(Patrimônio\ Líquido + Outorga\ Passiva - Outorga\ Ativa / Ativo\ Total - Outorga\ Passiva)$.

As penalidades para o não atingimento dos índices citados acima não preveem o pagamento antecipado da dívida nem qualquer outra penalidade ou multa, no entanto, impede a Companhia de realizar distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio além do limite que prevê a lei, sem a prévia anuência do BNDES. Tal restrição prevista nestas obrigações especiais deixará de ser válida uma vez que a Companhia atinja, por dois anos consecutivos, o ICSD maior ou igual a 1,30x, mantenha o Índice de capitalização em patamares iguais ou superiores a 25%, além de outras condições previstas no *Completion* físico e financeiro do projeto. Para o exercício de 2017, o ICSD ficou abaixo de 1,30, no entanto a Companhia não prevê a distribuição de dividendos para esse exercício (Nota nº 23).

Foram aplicadas multas pelo BNDES e debenturistas devido ao atraso no pagamento da outorga variável e pelo não pagamento da outorga fixa (Nota 19) na data prevista no contrato de concessão, e também foram aplicadas multas aos acionistas privados da Companhia (TPI e UTC) por conta da não realização dos aportes previstos para o pagamento das outorgas, onde as multas veem sendo atualizadas. O não pagamento da outorga e da multas poderão ocasionar o vencimento antecipado da dívida.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Salários e encargos sociais

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Férias e encargos sociais	6.645	7.433	6.645	7.238
Salários e encargos sociais	10.250	14.606	10.239	14.316
	16.895	22.039	16.884	21.554

15. Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores nacionais	103.637	113.002	103.080	112.314
Fornecedores internacionais	2.665	1.125	2.665	1.125
	106.302	114.127	105.745	113.439

No ativo não circulante, classificado em outros passivos, o valor de fornecedores nacionais é de R\$6.440 em 31 de dezembro de 2016 (R\$2.044 em 31 de dezembro de 2016).

A Concessionária no melhor dos seus esforços vem renegociando junto aos seus fornecedores os prazos para pagamento das obrigações vencidas.

Até a data dessas demonstrações financeiras, foram renegociados os prazos de vencimento de fornecedores em aberto totalizando aproximadamente R\$63,3 milhões, novas negociações estão em andamento.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imposto de renda e contribuição social a recolher

O imposto de renda e contribuição social foram apurados a partir da controlada VESA:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(660)	1.004
Adições		
Provisões temporariamente não tributáveis	24	67
	24	67
Exclusões		
Reversão de provisões temporariamente não tributáveis	(90)	-
	(90)	-
Lucro (prejuízo) fiscal apurado e base negativa da contribuição social antes da compensação de prejuízo fiscal	(726)	1.071
(-) Compensação de prejuízo fiscal (alíq. 30%)	-	(321)
Lucro real após a compensação de prejuízos fiscais	(726)	750
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre:		
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social (alíq.34%)	271	255
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre:		
Provisões temporariamente não tributáveis	(46)	(23)
	(46)	(23)
Total imposto de renda e contribuição social apurado	(225)	232
(-) Compensação de IRRF	-	(42)
Imposto de renda diferido ativo não reconhecido	225	-
Total imposto de renda e contribuição social	-	190

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia optou em não contabilizar os tributos diferidos, considerando a atual não perspectiva de realização futura.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Impostos diferidos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	1.407.372	(248.926)	(1.407.118)	(249.348)
Adições				
Resultado negativo de equivalência patrimonial	-	-	406	-
Custo de construção (Nota nº 24)	8.900	226.422	8.900	226.422
Recomposição do ajuste ao valor presente do ativo intangível Outorga (Nota nº 27)	116.931	34.613	116.931	34.613
Provisão p/ riscos trabalhistas, cíveis e tributárias (Nota nº 22)	5.781	2.561	5.757	2.598
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa-PCLD (Nota nº 26)	53	1.740	53	1.636
Adição pelo recálculo da aplicação da Lei nº 12.973/2014	12.709	12.709	12.709	12.709
Provisão para perda por redução ao valor recuperável (Nota nº 12)	946.840	-	946.840	-
Outras	159	399	159	399
	1.091.373	278.444	1.091.755	278.377
Exclusões				
Resultado positivo de equivalência patrimonial	-	-	-	(582)
Receita de construção (Nota nº 24)	(8.900)	(230.173)	(8.900)	(230.173)
Atualização pelo IPCA-IBGE e recomposição do AVP da Outorga a pagar FNAC	-	(205.489)	-	(205.489)
Reversão p/ créditos de liquidação duvidosa-PCLD (Nota nº 26)	(91)	-	-	-
	(8.991)	(435.662)	(8.900)	(436.244)
Prejuízo fiscal apurado e base negativa da contribuição social antes das compensações	(324.990)	(406.144)	(324.263)	(407.215)
(-) Compensação de prejuízo fiscal (Nota 16)	-	(321)	-	-
Prejuízo fiscal apurado e base negativa da contribuição social após compensações	(324.990)	(406.465)	(324.263)	(407.215)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre:				
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social (alíq.34%)	110.496	138.198	110.249	138.453
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre:				
Recomposição do ajuste ao valor presente do ativo intangível Outorga	39.757	11.768	39.757	11.768
Encargos financeiros da outorga capitalizados	-	(69.866)	-	(69.866)
Margem de construção	-	(1.275)	-	(1.275)
Adição pelo recálculo da aplicação da Lei nº 12.973/2014	4.321	4.321	4.321	4.321
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	321.926	-	321.926	-
Outras provisões temporariamente não tributáveis	1.983	1.506	1.975	1.441
	367.987	(53.546)	367.979	(53.611)
Total imposto de renda diferido do exercício	(478.483)	(84.652)	(478.228)	(84.842)
Alíquota efetiva	34%	34%	34%	34%
Total imposto de renda diferido do exercício	(478.483)	(84.652)	(478.228)	(84.842)
Imposto de renda diferido ativo não reconhecido no exercício	478.483	-	478.228	-
	-	(84.652)	-	(84.842)

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Impostos diferidos--Continuação

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão considerados na medida em que sua realização seja mais provável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia optou em não contabilizar os tributos diferidos, devido grandes valores gerados pelo Impairment e considerando a atual situação da Companhia.

18. Impostos a recolher

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ISSQN parcelado	77.210	39.757	74.449	37.729
ISSQN s/ faturamento	10.550	11.872	10.550	11.033
PIS/COFINS próprio	5.842	5.241	5.842	4.453
ISSQN terceiros	1.058	2.309	1.058	2.280
INSS terceiros	7.049	6.241	7.049	6.240
PIS/COFINS/CSLL terceiros	1.968	4.718	1.945	4.665
IRRF s/ folha de pagamento	1.167	5.656	1.167	5.606
Outros	1.455	1.965	1.443	1.959
	106.299	77.759	103.503	73.965
Passivo circulante	34.695	47.529	34.053	45.267
Passivo não circulante	71.604	30.230	69.450	28.698
	106.299	77.759	103.503	73.965

No dia 20 de dezembro de 2017, a Prefeitura Municipal de Campinas publicou o decreto que permite a cobrança do IPTU de empresas privadas que estão instaladas em áreas públicas. Até o presente momento Viracopos não recebeu nenhuma notificação ou cobrança por parte da Prefeitura.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Outorga a pagar

A Companhia registrou no exercício de 2012 a outorga a pagar para a União Federal, através do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da concessão, descontado a valor presente com taxa real de 4,18% a.a. A taxa utilizada refere-se à remuneração do título do Tesouro Nacional NTN-B com vencimento para o ano de 2045 (final da concessão), considerado como “papel” livre de risco.

A movimentação da outorga da concessão no exercício foi a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	3.062.033	2.844.129	3.060.561	2.843.095
Atualização monetária pelo IPCA-IBGE	92.602	190.963	92.492	190.963
Recomposição AVP da outorga a pagar	116.931	113.477	116.931	113.477
Outorga variável a pagar (Nota nº 20)	26.178	25.702	26.172	24.230
Pagamento outorga fixa	(186.196)	(86.296)	(186.196)	(86.296)
Pagamento outorga variável	-	(25.942)	-	(24.908)
Saldo no final do exercício	3.111.548	3.062.033	3.109.960	3.060.561
(-) Reequilíbrio econômico-financeiro (Nota nº 20)	(195.914)	(223.476)	(195.914)	(223.476)
	2.915.634	2.838.557	2.914.046	2.837.085
Circulante	408.123	337.867	406.535	336.395
Não circulante	2.507.511	2.500.690	2.507.511	2.500.690
	2.915.634	2.838.557	2.914.046	2.837.085

O valor referente à 5ª parcela da Contribuição Fixa, prevista no Contrato de Concessão de Viracopos (“Outorga”) de 2016, foi integralmente paga pela seguradora Swiss RE Corporate Solutions Brasil S.A. e Austral Seguradora S.A., após aberto o sinistro em face ao inadimplemento, cujo valor total montou R\$149.828. A Companhia efetuou o ressarcimento à Seguradora em duas parcelas, sendo a primeira vencida em 10 de novembro de 2017, no montante de R\$36.119 e a segunda em 2 de janeiro de 2018, no valor de R\$120.265 (Nota 30), registrado como outros passivos.

A Companhia encontra-se inadimplente frente à 6ª parcela da Contribuição Fixa referente ao exercício de 2017, vencida em 11 de julho de 2017 e à Contribuição Variável, vencida em 15 de maio de 2017. O valor total de ambas as contribuições é de R\$207.273 e estão contempladas no ofício da ANAC nº 1/2018/SRA-ANAC, emitido em 9 de fevereiro de 2018 (nota 30). A Administração da Companhia prevê o pagamento destas obrigações com base no aporte de recursos de seus acionistas, bem como através de acesso aos recursos depositados na Conta Outorga, que para tanto, dependem de anuência por parte de seus credores.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Compromissos da concessão

Principais pontos do contrato de concessão

Objeto

Concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Complexo Aeroportuário, a ser implementada nas seguintes fases:

- (i) FASE I-A - Transferência das operações do Aeroporto da INFRAERO para a Companhia;
- (ii) FASE I-B - Ampliação do Aeroporto pela Companhia para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços;
- (iii) FASE I-C - Expansão aeroportuária e de adequação total à infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária - PEA;
- (iv) FASE-II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto, para atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento previstos no PEA.

Vigência

A vigência do Contrato de Concessão será pelo prazo de 30 anos, contado a partir da sua Data de Eficácia (11 de julho de 2012), podendo ser prorrogado por até cinco anos, uma única vez, para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de Revisão Extraordinária.

Valor do contrato

O valor do Contrato, correspondente ao valor presente das Receitas Tarifárias e Não Tarifárias estimadas para todo o prazo da concessão é de R\$12.983.951¹. De acordo com o contrato, esse valor tem efeito meramente indicativo, não podendo ser utilizado por nenhuma das partes para pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

¹ Valor não examinado pelos auditores independentes.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Compromissos da concessão--Continuação

Principais pontos do contrato de concessão--Continuação

Da contribuição ao sistema

A Companhia se obriga a pagar à União Federal através do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) a Contribuição Fixa e a Contribuição Variável, sendo:

Contribuição fixa

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a Companhia vem pagando uma contribuição fixa anual no montante de R\$127.367 (reajustado anualmente pelo IPCA-IBGE). No total são 30 prestações, totalizado a R\$3.821.000, referente à outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente concessão.

Contribuição fixa – Reequilíbrio econômico financeiro

Em 22 de dezembro de 2016, a ANAC por meio da decisão Nº 190, aprovou a 1ª revisão extraordinária do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos no valor de R\$209.921, através da revisão da contribuição fixa devida pela concessionária. O montante do reequilíbrio econômico financeiro aprovado foi de R\$127.436, os quais foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e taxa de desconto de 6,81% conforme definido na Resolução nº 355/2015 até abril de 2016. A recomposição econômico-financeiro do contrato obteve a anuência do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPAC em 28 de dezembro de 2016.

O valor do reequilíbrio econômico-financeiro será de deduzido do valor da outorga fixa a pagar, de acordo com o anexo da Decisão nº 190, exibido abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>	<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2016	R\$43.859	2030	R\$6.385
2017	R\$8.708	2031	R\$6.154
2018	R\$8.540	2032	R\$5.931
2019	R\$8.351	2033	R\$5.715
2020	R\$8.202	2034	R\$5.506
2021	R\$8.092	2035	R\$5.305
2022	R\$7.984	2036	R\$5.110
2023	R\$7.877	2037	R\$4.921
2024	R\$7.768	2038	R\$4.739
2025	R\$7.647	2039	R\$4.563
2026	R\$7.385	2040	R\$4.394
2027	R\$7.123	2041	R\$4.230
2028	R\$6.869	2042	R\$1.940
2029	R\$6.623		<u>R\$209.921</u>

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Compromissos da concessão--Continuação

Contribuição fixa – Reequilíbrio econômico financeiro--Continuação

O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado entre abril 2016 e o mês anterior ao pagamento da outorga fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, proporcional ao número de meses correspondentes.

Devido a menor necessidade de caixa para pagamento da outorga fixa, os recursos disponíveis serão utilizados para pagamento das demais obrigações de curto prazo, evitando custos financeiros com juros e multas.

Contribuição variável

Até 31 de dezembro de 2016, a contribuição variável era calculada anualmente sobre a totalidade da Receita Operacional Bruta da Companhia, com o percentual de 5%, passando para 7,5% quando exceder os valores estipulados no contrato de concessão.

De acordo com a Decisão 107, que altera o Contrato de Concessão, a partir de 01 de janeiro de 2017, a contribuição passou a ser calculada anualmente com base na totalidade da Receita Operacional Bruta da Companhia e suas eventuais subsidiárias integrais, deduzido o montante em Reais, resultante da aplicação da alíquota de 26,4165%, sobre a receita proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pouso e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia e deduzidos os cancelamentos.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Compromissos da concessão—Continuação

Contribuição variável--Continuação

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional bruta (Nota nº 24)	669.125	514.018	669.015	502.329
(-) Cessão de área VESA		-	-	(17.758)
(-) Deduções contribuição mensal	(142.568)	-	(142.568)	-
(-) Cancelamentos	(2.408)	-	(2.408)	-
	524.149	514.018	524.039	484.571
Contribuição variável (Nota nº 25)	26.178	25.702	26.172	24.230

Principais pontos do contrato de concessão

Bens integrantes da concessão

- (i) Entregues pela União, conforme inventário constante do Termo de Aceitação Definitiva e de Permissão de Uso de Ativos (Anexo 8 do Contrato de Concessão);
- (ii) A serem construídos pelo Poder Público (obras de responsabilidade da INFRAERO); e
- (iii) Adquiridos pela Companhia para a Exploração Aeroportuária.

Custo e receitas de construção

A receita de construção vem sendo reconhecida com margem da construção de 2% até o mês de maio de 2016 passando para zero no mês de junho de 2016, estabelecida pela Administração em percentual considerado suficiente sobre o custo como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Receita de construção (Nota nº 24)	8.900	230.173
Custo de construção (Nota nº 25)	(8.900)	(226.422)
Margem de construção	-	3.751
	0%	2%

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Taxas aeroportuárias - consolidado

	31/12/2017	31/12/2016
Adicional de Tarifa Aeroportuária - ATAERO	106.258	89.907
Contribuição mensal	28.297	-
Tarifa de Uso das Comunicações e Auxílios à Navegação Aérea em Rota - PAN	174	66
Tarifa de Uso das Comunicações e Auxílios-Rádio à Navegação Aérea em Área de Controle de Aproximação - PAT	72	43
	134.801	90.016

Em 25 de julho de 2016, foi convertida na Lei nº 13.319 a MP 714/2016, que extingue o ATAERO a partir de 1º de janeiro de 2017. Nessa data a ANAC alterou os valores das tarifas aeroportuárias para incorporar o valor correspondente a extinção do ATAERO, não havendo alteração da tarifa final.

Contribuição mensal

A Contribuição Mensal, antiga contribuição tarifária - ATAERO, criada pela lei 13.319/16, foi formalmente normatizada pela ANAC, através da decisão nº 107, de 28 de junho de 2017, que alterou unilateralmente o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos.

A Contribuição Mensal passou a ser calculada pela aplicação da alíquota de 22,6521% sobre a receita proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pouso e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia (Nota 20).

22. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

Os assessores legais da Companhia indicaram 234 ações com prognóstico de perda "provável", referente aos processos contra empresas contratadas onde a Companhia figura como 2ª ou 3ª reclamada e contra a própria Companhia.

A controlada VESA possui quatro ações, sendo um processo trabalhista e três processos cíveis com prognóstico de perda "provável" provisionado com o valor de R\$51.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios-- Continuação

Foram constituídas as provisões para contingências trabalhistas, cíveis e processos administrativos como segue:

	Consolidado			
	31/12/2016	Provisões	Reversões	31/12/2017
Processos trabalhistas	5.212	34.795	(30.133)	9.875
Processos cíveis	142	13.791	(12.667)	1.266
Processos administrativos	721	309	(314)	716
	6.075	48.895	(43.114)	11.857

	Controladora			
	31/12/2016	Provisões	Reversões	31/12/2017
Processos trabalhistas	5.198	34.757	(30.119)	9.836
Processos cíveis	142	13.791	(12.667)	1.266
Processos administrativos	721	309	(314)	716
	6.061	48.857	(43.100)	11.818

A Companhia e sua controlada possuem mais outras 1.541 ações com prognóstico de perda “possível”, no montante estimado de R\$298.886, essas ações são referentes a processos trabalhistas, cíveis e regulatórios.

Quanto aos processos regulatórios, existe um caso específico; a Companhia apresentou à ANAC, em 15 de julho de 2014, revisão de seu cronograma para conclusão das obras da fase I-B do contrato de concessão. Em virtude desse fato, a Companhia recebeu auto de infração da ANAC datado de 28 de julho de 2014, sem imputar valores, em que o órgão regulador apresenta o resultado de sua inspeção ocorrida entre os dias 11 e 13 de maio de 2014, indicando o não cumprimento integral das obras de ampliação do aeroporto. A Companhia apresentou sua defesa em 18/08/2014, que estava sob análise da ANAC. Em 27/05/2016, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) decidiu, em 1ª instância, pela aplicação de multa de R\$95.050. Dentro do prazo permitido de 10 (dez) dias, foi enviado recurso de defesa à 2ª instância administrativa da agência reguladora. Em 06 de outubro de 2016, a ANAC por meio do Ofício de nº 34 (SEI)/2016/ASTEC-ANAC notificou Viracopos que na 21ª Reunião Deliberativa da Diretoria, foi decidido por unanimidade a anulação da decisão de primeira instância que aplicou a multa à concessionária no valor de R\$95.050, assim reinicia-se o processo instrutório. Em 07 de agosto de 2017 a ANAC notificou a Companhia, aplicando a penalidade de R\$ 97.761, a Administração da Companhia entrou com recurso sobre a penalidade aplicada. Em 20 de fevereiro de 2018, a ANAC julgou o processo e concedeu uma redução no valor multa, cujo valor passou a ser de R\$60.048 pelo não cumprimento do prazo de entrega, bem como multa diária no valor de R\$600, por dia de atraso, a contar de 11 de maio de 2014 (nota explicativa 30).

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Patrimônio líquido

Capital social

O capital subscrito da Companhia se manteve em R\$1.586.500, considerando o saldo a integralizar referente à 58.800.000 ações ordinárias emitidas em 7 de junho de 2016, com valor unitário de R\$1,00 (um real).

O capital autorizado da Companhia foi mantido no valor de R\$2.081.105, conforme reunião do Conselho de Administração ocorrida em 5 de fevereiro de 2013.

Em 15 de dezembro de 2017, o acionista privado da Companhia efetuou a integralização total de suas ações, no montante de R\$87.840.

Em 18 de dezembro de 2017, o acionista minoritário da Companhia efetuou a integralização parcial de suas ações, no montante de R\$25.595, restando um saldo a integralizar de R\$58.800. Este saldo foi totalmente integralizado em 2 de janeiro de 2018, mantendo a mesma proporção da constituição da Companhia (nota 30).

Reserva de retenção de lucros

A Companhia absorveu o saldo residual da reserva de retenção de lucros com o prejuízo do exercício de 2017 no montante de R\$32.320 (R\$164.506 em 31 de dezembro de 2016).

Remuneração aos acionistas

O estatuto social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

A Administração propõe que o prejuízo do exercício de 2017 seja compensado com a reserva de retenção de lucros conforme indicado nas demonstrações da mutação do patrimônio líquido:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo líquido do exercício	(1.407.405)	(164.506)
Reserva legal (5%)	-	-
Retenção de lucros (Lei nº 6.404/76, artigo 202 §3º ao 5º)	32.320	(164.506)
	(1.375.085)	(164.506)

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Patrimônio líquido--Continuação

Remuneração aos acionistas--Continuação

Segue abaixo a composição acionária em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Acionistas	31/12/2017			31/12/2016		
	Quantidade de ações	Valores em R\$ mil	Participação (%)	Quantidade de ações	Valores em R\$ mil	Participação (%)
Aeroportos Brasil S.A.	809.115	809.115	51	721.274.898	721.275	51
INFRAERO	718.585	718.585	49	692.989.608	692.990	49
Capital integralizado	1.527.700	1.527.700	100	1.414.264.506	1.414.265	100
Capital a integralizar	58.800	58.800		172.235.294	172.235	
Capital subscrito	1.586.500	1.586.500		1.586.499.800	1.586.500	

24. Receita operacional líquida

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Negócios com cargas	418.632	303.987	418.632	303.987
Negócios com linhas aéreas	160.609	110.931	160.609	110.931
Receitas comerciais	77.121	62.239	77.121	62.239
Estacionamentos	11.700	31.199	11.590	19.510
Publicidade e marketing	1.063	5.662	1.063	5.662
Receita operacional bruta de serviços	669.125	514.018	669.015	502.329
Receita de construção - OCPC 05	8.900	230.173	8.900	230.173
Outras receitas	1.611	402	1.611	402
	679.636	744.593	679.526	732.904
Impostos incidentes sobre receitas e cancelamentos	(93.403)	(72.547)	(93.296)	(69.990)
Receita operacional líquida	586.233	672.046	586.230	662.914

25. Custos dos serviços prestados

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Gastos com pessoal e encargos sociais	(71.566)	(77.639)	(71.108)	(75.035)
Serviços contratados e locações	(81.837)	(88.196)	(81.738)	(86.319)
Depreciação e amortização	(112.965)	(96.742)	(112.952)	(96.729)
Contribuição mensal	(122.177)	-	(122.177)	-
Outorga de concessão - parcela variável	(26.178)	(25.702)	(26.172)	(24.230)
Utilidades e serviços públicos	(10.906)	(17.015)	(10.850)	(16.303)
Seguros e garantias	(11.501)	(9.826)	(11.501)	(9.826)
Materiais de uso e consumo	(6.469)	(6.772)	(6.455)	(6.583)
Outros	(324)	1.179	(296)	1.427
	(443.923)	(320.713)	(443.249)	(313.598)
Custos de construção - OCPC 05	(8.900)	(226.422)	(8.900)	(226.422)
	(452.823)	(547.135)	(452.149)	(540.020)

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Gastos com pessoal e encargos sociais	(30.094)	(30.987)	(30.094)	(30.987)
Serviços contratados e locações	(15.195)	(13.124)	(15.195)	(13.124)
Utilidades e serviços públicos	(6.376)	(5.615)	(6.376)	(5.615)
Despesas gerais e representações	(4.657)	(4.405)	(4.657)	(4.405)
Tributos e contribuições	(187)	(4.928)	(187)	(4.928)
Honorários de conselheiros	(1.478)	(1.441)	(1.478)	(1.441)
Provisões para contingências	(5.780)	(2.561)	(5.757)	(2.598)
Materiais de uso e consumo	(233)	(370)	(233)	(370)
Depreciação e amortização	(772)	(626)	(772)	(626)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	35	(1.740)	(53)	(1.636)
Outras	(16.140)	(4.005)	(16.139)	(4.006)
	(80.877)	(69.802)	(80.941)	(69.736)

27. Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	24.776	15.709	23.994	15.469
Descontos obtidos e juros ativos	4.204	1.744	3.989	1.744
Variações monetárias ativas	234	183	233	177
	29.214	17.636	28.216	17.390
Despesas financeiras				
Encargos sobre empréstimos BNDES	(221.979)	(156.291)	(221.979)	(156.291)
Atualização monetária da outorga fixa (IPCA -IBGE)	(88.436)	(51.106)	(88.436)	(51.106)
Recomposição do ajuste a valor presente da outorga fixa	(116.931)	(34.613)	(116.931)	(34.613)
Encargos sobre debentures	(51.910)	(42.991)	(51.910)	(42.991)
Juros pagos e incorridos	(49.613)	(29.348)	(49.696)	(28.737)
Outros	(13.410)	(7.322)	(13.276)	(6.740)
	(542.279)	(321.671)	(542.228)	(320.478)
	(513.065)	(304.035)	(514.012)	(303.088)

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPCs 38, 39 e 40(R1).

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2017		31/12/2017	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Ativos financeiros				
Caixa e bancos	6.974	6.974	6.974	6.974
Aplicações financeiras	76.889	76.889	76.889	76.889
Depósitos vinculados	222.008	215.335	222.008	215.335
Clientes	66.855	66.745	66.855	66.745
Partes relacionadas	6.589	8.371	6.589	8.371
Impostos a recuperar	147.501	147.343	147.501	147.343
Depósitos e cauções	6.272	6.272	6.272	6.272
Adiantamentos a fornecedores	2.771	2.771	2.771	2.771
Outros ativos	1.164	1.144	1.164	1.144
	537.023	531.844	537.023	531.844
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	2.487.149	2.487.149	1.864.633	1.864.633
Fornecedores	106.302	105.745	106.302	105.745
Salários e encargos sociais	16.895	16.884	16.895	16.884
Impostos a recolher	106.299	103.503	106.299	103.503
Outorga a pagar	2.915.634	2.914.046	2.915.634	2.914.046
Partes relacionadas	6.582	6.585	6.582	6.585
Outras obrigações	237.286	237.286	237.286	237.286
	5.876.147	5.871.198	5.253.631	5.248.682
	(5.339.124)	(5.339.354)	(4.716.608)	(4.716.838)

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Análise dos instrumentos financeiros--Continuação

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2016		31/12/2016	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Ativos financeiros				
Caixa e bancos	8.714	8.530	8.714	8.530
Aplicações financeiras	1.422	1.422	1.422	1.422
Depósitos vinculados	219.190	212.181	219.190	212.181
Clientes	50.182	47.649	50.182	47.649
Partes relacionadas	6.190	8.788	6.190	8.788
Impostos a recuperar	197.436	197.262	197.436	197.262
Depósitos e cauções	1.158	1.158	1.158	1.158
Adiantamentos a fornecedores	1.343	1.343	1.343	1.343
Outros ativos	9.129	9.104	9.129	9.104
	<u>494.764</u>	<u>487.437</u>	<u>494.764</u>	<u>487.437</u>
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	2.505.793	2.505.793	1.864.633	1.864.633
Fornecedores	114.127	113.439	114.127	113.439
Salários e encargos sociais	22.039	21.554	22.039	21.554
Impostos a recolher	77.759	73.965	77.759	73.965
Impostos de renda e contribuição social	190	-	190	-
Outorga a pagar	2.812.855	2.812.855	2.812.855	2.812.855
Partes relacionadas	6.628	6.630	6.629	6.630
Outras obrigações	95.107	95.082	95.106	95.082
	<u>5.634.498</u>	<u>5.629.318</u>	<u>4.993.338</u>	<u>4.988.158</u>
	<u>(5.139.734)</u>	<u>(5.141.881)</u>	<u>(4.498.574)</u>	<u>(4.500.721)</u>

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

c) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo também depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

d) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada a TJLP e o IPCA/IBGE e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de taxas de câmbio: esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a operações com partes relacionadas e fornecedores diversos, além das perdas de receitas derivadas das operações do terminal de cargas de importação e exportação. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária é regulada pelo Poder Concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

f) Risco regulatório

A Companhia desconsidera quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração das atividades aeroportuárias. Em relação a um possível ato político que implique o rompimento da relação contratual, a Companhia considera de probabilidade remota, ainda que se considere o Ofício da ANAC emitido em 9 de fevereiro de 2018 (nota 30), que prevê a instauração de processo administrativo que poderá ensejar na caducidade do Contrato de Concessão. A Administração da Companhia possui planos concretos de integralização de capital e utilização da conta de Reserva de Outorga para pagamento das parcelas vencidas em 2017.

Quanto a eventos provocados pela natureza ou outros, importa ressaltar que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os possíveis riscos.

A geração de caixa futura, a capacidade de obter recursos via captação de financiamentos no mercado e o aporte de capital demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Contrato de Concessão. A Companhia considera que tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

g) Operações com derivativos

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2017 e 2016 operações com derivativos financeiros.

h) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital nesta fase inicial das suas operações adequando-a as condições econômicas atuais. A Companhia monitora sua alavancagem financeira, considerando prazos de dívidas, liquidez e inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. Coberturas de seguros (não auditado)

A Companhia contratou, por força do contrato de concessão, coberturas de seguros nas seguintes modalidades:

Garantia de execução contratual - tem como objeto garantir o fiel cumprimento de todas as obrigações contraídas pela Companhia perante o Poder Concedente.

Seguro de responsabilidade civil geral - tem como objeto reembolsar a Companhia das quantias pelas quais vier a ser responsável civilmente relativa à reparação por danos involuntários, corporais e/ou materiais causados a terceiros.

Seguro de responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos - tem como objetivo reembolsar a Companhia das quantias que vier a ser responsável civilmente relativas às reparações por danos corporais e/ou materiais, decorrente das operações.

Seguro de riscos operacionais - tem como objeto cobrir avarias, perdas e danos materiais decorrentes de acidentes de origem súbita e imprevista, causados aos itens do patrimônio da Companhia.

Seguro de riscos de engenharia e responsabilidade civil geral para as obras - tem como objetivo garantir o interesse legítimo da Companhia até o limite máximo da garantia prevista, contra danos físicos à propriedade tangível e pelas quais vier a ser responsável civilmente relativas à reparação por danos involuntários, corporais e/ou materiais causados a terceiros, referentes à execução de obras civis e instalação e montagem relativas ao Novo Terminal de Passageiros (Terminal 1) e Edifício Garagem (EDG) a serem realizadas no Aeroporto de Viracopos.

Seguro de responsabilidade civil de administradores - D&O - tem como objetivo assegurar o patrimônio pessoal de executivos da Companhia, evitando perdas financeiras.

<u>Tipos de seguros</u>	<u>Importância segurada</u>	<u>Prazo de vigência</u>
Garantia de execução contratual da Concessão	R\$442.931	25/05/2016 a 25/05/2018
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos	US\$ 500.000	25/05/2017 a 25/05/2018
Riscos operacionais	R\$2.542.671	25/05/2017 a 25/05/2018
Responsabilidade civil geral	R\$20.000	25/05/2017 a 25/05/2018
Responsabilidade civil de administradores- D&O	R\$30.000	27/09/2017 a 27/09/2018

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

30. Eventos subsequentes

Integralização de capital

Em 2 de janeiro de 2018, o acionista minoritário integralizou o montante residual correspondentes à R\$58.800, mantendo o capital na mesma proporção de constituição da Companhia.

Ressarcimento de seguradoras

Em 2 de janeiro de 2018, a Companhia efetuou o pagamento no valor de R\$120,2 milhões para as seguradoras Swiss Re Corporate Solutions Brasil S.A. e Austral Seguradoras S.A., referente à última parcela do acordo para ressarcimento às seguradoras referente ao valor pago por elas à ANAC em agosto de 2017, referente à Outorga Fixa de 2016.

Ofício ANAC – Processo de caducidade

A Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, através de ofício datado de 9 de fevereiro de 2018, notificou a Companhia sobre a instauração de procedimento administrativo para verificação de inadimplência que poderá ensejar na caducidade da concessão, previsto pela Lei nº 8.987/95 e pelo Contrato de Concessão de Aeroportos nº 003/ANAC/2012-SBKP. Tal ofício pleiteia a correção de dispositivos contratuais, sendo os principais:

- i. Não pagamento dos valores referentes à parcela de Contribuição Fixa e Variável vencidas em 11 de julho de 2017 e 15 de maio de 2017, respectivamente;
- ii. Não emissão de endosso de apólice de seguro para reajustamento do valor da Garantia de Execução Contratual seguindo a mesma fórmula aplicada ao reajuste da Contribuição Fixa;
- iii. Não reposição da Garantia de Execução Contratual, no que concerne aos valores utilizados para cobertura de obrigação de pagamento.

O ofício estabelece o prazo de 60 (sessenta) dias, para que a Concessionária apresente defesa, acompanhada dos elementos probatórios. A Administração trabalha para que todas as questões levantadas pela agência sejam devidamente endereçadas.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

30. Eventos Subsequentes--continuação

Ofício ANAC – Processo de caducidade--continuação

Em 26 de fevereiro de 2018, o BNDES emitiu a carta AST/DEMOB nº 017/2018, que prevê a liberação do valor de R\$68,6 milhões para o pagamento de outorga, mediante ao cumprimento das seguintes contribuições precedentes: (i) disponibilização da totalidade dos recursos a serem subscritos e integralizados pelos acionistas da ABV S.A. na conta outorga na mesma data da liberação para pagamentos conjunto das Outorgas Fixa e Variável de 2017; (ii) comprovação da renovação da apólice de Seguro Garantia de Execução Contratual em seu valor integral, com validade mínima até 25/02/2019; e (iii) manifestação formal da ANAC indicando que a quitação das Outorgas Fixa e Variável de 2017 e a renovação do seguro nos termos do item (ii) anterior, são condições suficientes para o arquivamento do procedimento administrativo de caducidade tratado na Notificação nº 1/2018/SRA-ANAC.

Em 14 de março de 2018, a ANAC emitiu o ofício nº30/2018/SRA-ANAC, manifestando-se formalmente pelo arquivamento do processo de caducidade, caso seja retomada e preservada a integridade do seguro garantia exigida no Contrato de Concessão, além de quitadas todas as obrigações de contribuição ao sistema (outorgas).

Em 20 de abril de 2018, a Companhia protocolou a defesa junto a ANAC referente a instauração do processo de caducidade.

Procedimento de relicitação – Lei 13.448/17

Em 22 de março de 2018, a Administração impetrou um mandado de segurança com pedido de liminar contra o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), requerendo a suspensão do processo de caducidade e de exigibilidade das outorgas vencidas em 2017, até que ocorra manifestações da ANAC/PPI/MTPA (Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil) quanto ao enquadramento do projeto para fins de relicitação.

No dia 26 de março de 2018 a ANAC se manifestou dizendo que não esta inerte ao pedido de qualificação, e que sua atuação esbarra na falta de regulamentação do procedimento na Lei nº 13.448/2017. O Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil no dia 03 de abril de 2018 se manifestou e entende que juridicamente as alegações são descabidas e o STJ não tem competência para o julgamento.

Em 12 de abril de 2018, houve a decisão do ministro do STJ remetendo os autos à Corte Suprema.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

30. Eventos Subsequentes--continuação

Término da fase I-B

Em 20 de fevereiro de 2018, a ANAC formalizou através de julgamento de sua Diretoria Colegiada a redução no valor da multa aplicada sobre a violação do Contrato de Concessão relativa à conclusão das obras previstas na fase I-B. Para o evento foi aplicada a multa de 2.917,62 URTAs, equivalentes a R\$60.048, pelo não cumprimento do prazo de entrega das ampliações previstas na fase I-B com integral atendimento ao PEA, bem como multa diária no valor de 29,176 URTAs, equivalentes a R\$600 por dia de atraso, a contar de 11 de maio de 2014, sendo que haverá apuração sobre o período de incidência podendo o valor ser decrescido conforme ocorram ou tenham ocorrido entregas parciais de infraestrutura plenamente operacional após a data limite contratualmente fixada.

Outorga Variável 2016

Em 26 de fevereiro de 2018, a Superintendência de Regulação econômica de Aeroportos (SRA), informou as seguradoras de Viracopos, representadas por Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. e Austral Seguradora S.A., o inadimplemento referente à parcela da Outorga Variável do exercício de 2016. Tal pagamento deveria ter sido realizado à União em 15 de maio de 2017, no valor de R\$25.561, sendo que o não pagamento ensejou em multa e juros de R\$2.190, até a data da comunicação as seguradoras, perfazendo o total de R\$27.751. A ANAC requereu o pagamento em 30 dias contados da data de recebimento do comunicado.

As seguradoras Swiss Re e Austral enviaram aos acionistas da Companhia uma carta datada de 05 de março de 2018, questionando as providências que estão sendo tomadas para o pagamento dos prejuízos apurados pela ANAC, visto que conforme o Contrato de Execução de Garantia assinado entre as partes, o pagamento deverá ser efetuado pelo tomador e/ou seus garantidores, no prazo de até 48 horas, de maneira a evitar que as seguradoras sejam obrigadas a indenizar a segurada.

Outorga Fixa 2017

Em 13 de março de 2018, ABV recebeu o ofício da Superintendência de Regulação econômica de Aeroportos (SRA), informando a Companhia que foi negado o recurso administrativo com relação ao pagamento da outorga vencida em 11 de julho de 2017, e que a Companhia deveria realizar o pagamento em até 10 dias após a data do recebimento do ofício com pena de execução de garantia do contrato. Até o momento a Companhia não foi notificada sobre a execução da Outorga Fixa.